

2.1.2.6. DCJS - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

Chefe: Joaquim Henrique Gatto

Chefe Substituto: Paulo Marcelo Scherer

Mandato: 06 de julho de 2017 a 05 de julho de 2020

Chefe: Aldemir Berwig

1ª Chefe Substituta: Fabiana Fachinetto

2ª Chefe Substituta: Fernanda Serrer

Mandato: 06 de julho de 2015 a 04 de julho de 2017

Coordenadores de Curso:

Direito - Ijuí – Marcelo Loeblein dos Santos

Direito - Santa Rosa – Francieli Formentini

Direito - Três Passos

- Joaquim Henrique Gatto (até 05/07/2017)
- Marcia Cristina de Oliveira (a partir de 06/07/2017)

Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Direito – Gilmar Antonio Bedin

Coordenador do Núcleo de Pesquisa do DCJS - Daniel Rubens Cenci

Coordenador do Núcleo de Extensão e Cultura do DCJS – Tobias Damião Correa

1. DIMENSÃO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO

A Chefia do DCJS, no triênio 2015-2017 (gestão do professor Aldemir Berwig até junho de 2017), priorizou a qualificação da gestão departamental através do desenvolvimento, qualificação e comprometimento do corpo funcional visando fortalecer o reconhecimento da excelência acadêmica na formação jurídica na UNIJUÍ. Um adequado planejamento desenvolvido resultou na adequação da estrutura departamental para o fortalecimento da oferta dos cursos de graduação e de pós-graduação, o aprimoramento das atividades de pesquisa e de extensão, de acordo com as dotações orçamentárias previstas. A partir da percepção da indissociabilidade entre as dimensões ensino, pesquisa e extensão, a execução das atividades planejadas ocorreu de modo a integrar as dimensões visando qualificar o ensino, mas buscando dar visibilidade às ações departamentais, sempre através de ações de qualificação pessoal, do preenchimento de requisitos necessários para uma boa avaliação dos cursos e do fortalecimento integrado dessas três atividades.

Durante o triênio houve uma preocupação com a otimização das atribuições docentes em cada um dos três *Campi* onde estão instalados os cursos de graduação em Direito – Ijuí, Santa Rosa e Três Passos, com a qualificação dos espaços e da oferta de várias atividades. Aspecto importante foi a lotação de professores e a nomeação da Coordenadora no *Campus* Três Passos. Tal iniciativa foi importante à medida que se inicia a constituição do quadro de professores com identidade no *Campus*. Esse aspecto concretiza a busca do fortalecimento da identidade dos cursos de graduação em Direito e a fixação do quadro de professores mínimo em cada um dos *Campus*, de acordo com as necessidades dos programas do departamento.

Na dimensão Ensino de Graduação em Direito, houve um rígido acompanhamento em relação ao número de créditos matriculados e verifica-se que embora se tenha encerrado o ano de 2017 com números bem positivos, o pessimismo em nível nacional parece estar ocasionando uma baixa na demanda pelo curso superior em Direito. Embora isso esteja acontecendo, deve-se considerar que o Curso de Graduação em Direito do *Campus* Ijuí foi muito bem avaliado em decorrência das ações estratégicas desenvolvidas, com nota máxima, conceito “5”, pelos avaliadores

externos do MEC. Neste contexto, devem ser realizadas ações para manter a qualidade existente e divulgar a marca UNIJUÍ enfatizando a qualidade revelada nas avaliações.

Para garantir a manutenção da qualidade foram desenvolvidas diversas ações. Uma delas, relacionadas à questão bibliográfica foi a aquisição de acervo bibliográfico virtual da *Editora Revista dos Tribunais* que está disponível para livre acesso a todos os estudantes e professores vinculados aos cursos do DCJS. Embora sejam necessárias outras ações para fortalecer ainda mais este aspecto, esta iniciativa minimiza as fragilidades em relação à questão bibliográfica. Neste aspecto, ocorreu também a atualização do acervo da área de Processo Civil em decorrência da entrada em vigor do *novo Código de Processo Civil*. Por outro lado, o desenvolvimento de atividades em conjunto com o Mestrado em Direitos Humanos pode ser considerado um diferencial por proporcionar um referencial de formação humanista, aspecto que garante a sólida formação crítico-reflexiva e humanista dos egressos do curso. Neste sentido, o departamento tem incentivado uma maior inserção de estudantes de graduação na iniciação científica, aspecto que tem contribuído para uma maior participação destes em eventos científicos promovidos pela UNIJUÍ, a exemplo do Salão do Conhecimento, bem como de publicação de artigos científicos e resumos expandidos.

Em termos de pós-graduação *lato sensu* ocorreu o desenvolvimento de ações para realizar a oferta de cursos de especialização nas áreas das ciências jurídicas e sociais. Embora as ações ainda sejam incipientes, ocorreu a oferta de dois cursos: pós-graduação *lato sensu* em **Direito Processual Civil** no *Campus* Três Passos e pós-graduação *lato sensu* em **Direito do Trabalho, Previdenciário e Processo do Trabalho** no *Campus* Ijuí. Além disso, o curso de pós-graduação *lato sensu* em **Sociologia da violência: Educação para a Paz** foi aprovado pelo CONSU e tem previsão de oferta no primeiro semestre de 2018.

Na dimensão ensino de Pós-Graduação *Stricto Sensu* pode-se ressaltar o impacto positivo que o programa tem gerado com o desenvolvimento de atividades conjuntas com a graduação em Direito. A incorporação de professores doutores, o desenvolvimento de pesquisa e a integração de atividades com a realização de cinco edições do Seminário Internacional Direitos Humanos e Democracia e da Mostra de Trabalhos Científicos tem contribuído para o bom desempenho que o curso de graduação em Direito obteve na avaliação do MEC. Nesta dimensão, é importante ressaltar o planejamento para a proposição do curso de doutorado em Direito após a excelente avaliação do Programa *Stricto Sensu*, que obteve nota 4 pela Capes. Este aspecto credencia o DCJS a propor a oferta de um curso de doutorado em Direito. Neste sentido, o departamento vem desenvolvendo ações para qualificar seu quadro de professores visando à futura oferta, sendo que em 2017 três professores permanentes obtiveram a titulação de doutor e outros dois devem concluir seu doutorado em 2018.

A dimensão Pesquisa possibilitou que dois professores fossem contemplados com horas via edital institucional, a saber, professores Ênio Waldir da Silva e Anna Paula Zeifert. Esses fatores, entretanto, indicam uma mudança neste quadro: a qualificação professores em nível de doutorado, os incentivos realizados pela chefia do departamento e a alteração no regimento que regula as atividades de professores são determinantes para que esta atividade de grande potencialidade venha a ser desenvolvida como atividade inerente ao ensino e, com isso, se amplie a produção de professores oriunda da pesquisa científica. Há, portanto, um trabalho de conscientização para a necessidade de desenvolvimento de pesquisa, aspecto que é conduzido pelo entendimento de que a atividade docente não pode ser pautada apenas pelo ensino baseado em obras alheias, é necessária e salutar a pesquisa. Previstas no PDI, estão sendo desenvolvidas ações prioritárias que fortaleçam a pesquisa no departamento, especialmente visando ampliar o número de projetos de pesquisa e de iniciação científica. Tal perspectiva é necessária também para que se concretize o objetivo inicial do PDI na dimensão ensino, alcançar a excelência acadêmica na graduação. Aspecto importante relacionado à qualificação da infraestrutura no *Campus* Ijuí foi a destinação de espaços para o desenvolvimento da pesquisa, em especial, a destinação de gabinetes de trabalho para os professores.

Na dimensão extensão vêm sendo desenvolvidas, de forma contínua, ações que dão visibilidade ao DCJS e à UNIJUÍ através dos Projetos de Ação Comunitária "*Cidadania para Todos*" e "*Conflitos Sociais e Direitos Humanos*" e dos Projetos de Prestação de Serviços: "Balcão do Consumidor" (*Campi* Ijuí e Três Passos). Ação importante foi o convênio realizado com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – TJRS para instalação do CEJUSC Universitário no *Campus* Santa Rosa, firmado convênio com a Defensoria Pública para encaminhamento de usuários para a realização de mediação no Escritório Modelo e desenvolvimento do projeto de extensão em "*Mediação de Conflitos*". Tais projetos demonstram, através de uma sólida inserção do departamento

na vida comunitária, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na concretização das atividades acadêmicas, os quais foram qualificados através da infraestrutura adequada nos respectivos *Campi*, consolidando o desenvolvimento da extensão.

Este conjunto de ações demonstra que a gestão no DCJS vem sendo desenvolvida de forma integrada e responsável.

2. DIMENSÃO ENSINO

2.1. ENSINO DE GRADUAÇÃO

2.1.1. DADOS DA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DOCENTE

CURSOS DE GRADUAÇÃO (por <i>CAMPUS</i>)	ESTUDANTES 1º Semestre		ESTUDANTES 2º Semestre	
	Total	Participaram da Avaliação	Total	Participaram da Avaliação
Modalidade Presencial				
<i>CAMPUS IJUÍ</i>				
Direito	757	413	709	70
<i>CAMPUS SANTA ROSA</i>				
Direito	336	166	324	35
<i>CAMPUS TRÊS PASSOS</i>				
Direito	289	132	283	35
Total do DCJS	1.382	711	1316	140

CURSO DE DIREITO – *CAMPUS IJUÍ*

COORDENADOR: MARCELO LOEBLEIN DOS SANTOS

RESUMO:

O Curso de Graduação em Direito da UNIJUÍ, *Campus* de Ijuí, busca a formação de profissionais tecnicamente qualificados e socialmente comprometidos, capazes de participar de forma consciente na construção de uma ordem social mais justa, visando não só a formação acadêmico-profissional, mas também a formação geral humanística e a construção reflexiva do conhecimento.

O Curso de Direito – *Campus* de Ijuí oferta vagas para o turno noturno por meio do vestibular de verão e para o turno vespertino pelo vestibular de inverno, sendo que ainda existem turmas remanescentes do turno matutino, que deverá se extinguir no segundo semestre de 2018. O Curso tem periodicidade semestral, integralizando-se em 10 semestres letivos. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso - currículo 2012, o qual teve sua primeira oferta no 1º semestre de 2012, a estrutura curricular do curso prevê o cumprimento de 58 disciplinas obrigatórias, correspondendo a 3.270 horas de atividades, 07 disciplinas optativas (eletivas), que correspondem a uma carga de 210 horas, além de 225 horas de atividades complementares, o que totaliza uma carga de 3.705 horas. Durante a sua formação o estudante deverá cumprir 232 créditos.

O Curso está estruturado em três grandes eixos temáticos: O eixo de formação fundamental visa estabelecer as relações do Direito com outras áreas de saber, garantindo ao estudante uma sólida formação geral e humanista. O eixo de formação profissional é composto por disciplinas de natureza técnica, que abrangem as inúmeras áreas do direito. Proporciona ao estudante, além do enfoque dogmático do Direito, o conhecimento para análise sistemática, crítica e contextualizada dos conteúdos técnicos, segundo a evolução da Ciência do Direito. O eixo de formação prática objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos, desenvolvendo-se nas disciplinas de Prática Jurídica (Civil, Penal e Trabalhista) e Estágio Supervisionado I e II, além das atividades de elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso e as atividades complementares.

OBJETIVOS:

- Formar profissionais qualificados para o exercício das diversas atividades que pressupõe o título de bacharel em Direito para seu exercício, dando-lhes, além dos conhecimentos técnicos indispensáveis, uma sólida formação crítica e humanística;
- Propiciar aos acadêmicos do Curso um amplo espaço de debates sobre os principais temas vinculados ao saber jurídico, capacitando-os a interpretar a realidade em que estão inseridos de forma aberta, crítica e reflexiva;
- Criar um centro de pesquisa e extensão na área jurídica, viabilizando o aprofundamento do conhecimento sobre os principais temas da área jurídica e a socialização de seus resultados com a comunidade regional.

Tais objetivos vinculam-se às diretrizes institucionais de ensino da UNIJUÍ, que estabelecem a necessidade de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a formação integral e continuada dos indivíduos.

RESULTADOS:

Neste ano de 2017 foram realizadas visitas nas seguintes Unidades Concedentes dos Estágios na cidade de Ijuí: Promotoria de Justiça, Defensoria Pública, Fórum, Justiça Federal e Procuradoria do Estado do RS. O Curso ofertou uma especialização em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho.

O Curso ofereceu ainda aos seus estudantes vários eventos, como: Aula Inaugural, Recepção aos calouros, II Congresso Nacional Ciências Criminais e Direitos Humanos, I Seminário Debatedo Direitos Humanos na Terra das Culturas Diversificadas, Profissional do Futuro, Liberdade de Imprensa: Judiciário e a Mídia a Serviço da Comunidade (evento promovido em conjunto com a AGERT), Audiências Públicas da Comissão Especial de Revisão Legal (promovido em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado do RS).

CURSO DE DIREITO – CAMPUS SANTA ROSA

COORDENADORA: FRANCIELI FORMENTINI

RESUMO:

O Curso de Direito – *Campus* de Santa Rosa oferta vagas para o turno noturno no vestibular de verão. O Curso tem periodicidade semestral, integralizando-se em 10 semestres letivos. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso - currículo 2012, a estrutura curricular do curso prevê o cumprimento de 58 disciplinas obrigatórias, correspondendo a 3.270 horas de atividades, 07 disciplinas optativas (eletivas), que correspondem a uma carga de 210 horas, além de 225 horas de atividades complementares, o que totaliza uma carga de 3.705 horas. Durante a formação o estudante deverá cumprir 232 créditos. O Curso está estruturado em três grandes eixos temáticos. O eixo de formação fundamental visa estabelecer as relações do Direito com outras áreas de saber, garantindo ao estudante uma sólida formação geral e humanista. O eixo de formação profissional é composto por disciplinas de natureza técnica, que abrangem as inúmeras áreas do Direito. Proporciona ao estudante, além do enfoque dogmático do Direito, o conhecimento para análise sistemática, crítica e contextualizada dos conteúdos técnicos, segundo a evolução da Ciência do Direito. O eixo de formação prática objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos, desenvolvendo-se nas disciplinas de Prática Jurídica (Civil, Penal, Trabalhista e Direito Público) e Estágio Supervisionado I e II, além das atividades de elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso e as atividades complementares. O estudante ao concluir o curso recebe o título de bacharel em Direito.

OBJETIVOS:

- Formar profissionais qualificados para o desempenho das diversas atividades que pressupõe o título de bacharel em Direito, dando-lhes, além dos conhecimentos técnicos indispensáveis, uma sólida formação crítica e humanista;

- Propiciar aos acadêmicos do Curso um espaço de debates sobre os principais temas vinculados ao saber jurídico, capacitando-os a interpretar a realidade em que estão inseridos de forma aberta, crítica e reflexiva;
- Criar um centro de pesquisa e extensão na área jurídica, viabilizando o aprofundamento do conhecimento sobre os principais temas da área jurídica e a socialização de seus resultados com a comunidade regional.

RESULTADOS:

- Realização do II Congresso Nacional intitulado “*Jurisdição, Democracia e Direitos Humanos*”, com a publicação de e-book “*Jurisdição, Democracia e Direitos Humanos em Novas Perspectivas*”, com os trabalhos aprovados e apresentados na II Mostra de Trabalhos Acadêmicos do Curso de Direito de Santa Rosa. Disponível em e-book.
- No segundo semestre de 2017 foram realizadas visitas nas seguintes Unidades concedentes dos Estágios: Promotoria de Justiça de Santa Rosa, Defensoria Pública de Santa Rosa e Fórum de Santa Rosa;
- Participação na 13ª Feira do Livro de Santa Rosa com palestra e oficinas (período de 26 a 29/04);
- Palestras em Escolas de Tuparendi, Novo Machado e Santa Rosa;
- Audiências Didáticas na Justiça Federal;
- No 1º semestre foi realizada a experiência de Monitoria na Disciplina de Tópicos Especiais: Práticas em Mediação de Conflitos;
- Realização do III Colóquio de Iniciação Científica, com a apresentação de 38 trabalhos com temáticas relacionadas às disciplinas de Direito Administrativo e de Direito do Trabalho, ministradas pela professora Eloísa Argerich e pelo professor Darlan Machado Santos;
- Viagem de Estudos a Porto Alegre com estudantes da disciplina de Prática Jurídica Civil I;
- Assinatura da Plataforma *Revista dos Tribunais*, ferramenta disponibilizada no portal dos alunos para acesso a um conjunto muito significativo de obras jurídicas, textos científicos, legislação, jurisprudência, dentre outros.
- No dia 01 de dezembro, a professora Joice Nielsson palestrou no Painel sobre “*Violência de Gênero e demais questões de gênero, empoderamento e Direitos Humanos*”, o qual foi um dos eventos dos “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher”, promovido pelo Centro de Referência Regional de Atendimento à Mulher; Assessoria de Políticas para as mulheres; CRAS; Patrulha Maria da Penha; e Prefeitura Municipal de Santa Rosa;
- Participação no “*Dia do Bem*”, evento realizado no dia 03/12 no Parque Municipal de Exposições de Santa Rosa, com atendimentos jurídicos e oficina;
- Convênio entre a UNIJUÍ e o município de Santa Rosa para desenvolver projeto voltado a formalização de associações comunitárias, denominado “*Cidadania nos Bairros*”. O Curso de Direito está realizando o apoio técnico às associações, auxiliando na realização das assembleias e de reorganização do processo de liderança com oficinas de capacitação e qualificação. Os atendimentos são realizados no Escritório Modelo sob a coordenação da professora Fernanda Serrer e da bolsista Jaqueline Griebler. Até o momento 05 associações estão sendo atendidas pelo projeto.
- <http://www.unijui.edu.br/comunica/extensao/29219-curso-de-direito-presta-atendimento-juridico-para-associacoes-de-bairros-em-santa-rosa>;
- Aula Inaugural no 1º e no 2º semestres;
- Profissional do Futuro, com a realização de Audiência Simulada e Oficina sobre o Curso de Direito;
- Audiência Pública da Comissão Especial de Revisão Legal, promovida pela Assembleia Legislativa do Estado do RS. A Audiência foi realizada dia 08 de dezembro no *Campus* da Unijuí Santa Rosa, com a participação de estudantes e professores do Curso de Direito;
- Participação de estudantes em Eventos jurídicos para apresentação de trabalhos científicos.

- Participação na Programação do Mês da Mulher do Município de Santa Rosa: palestra “Violência e a Lei Maria da Penha: Conceito, prevenção e responsabilização”, ministrada pela professora Lurdes A. Grossmann, no dia 29.05; “Círculos de Construção da Paz e o empoderamento a partir da fala”, realizados nos dias 24.05 e 31.05;
- Integração de outros cursos de graduação para realização de atividades conjuntas a exemplo do Projeto de Mediação desenvolvido na Escola Estadual Timbaúva.

CURSO DE DIREITO – CAMPUS TRÊS PASSOS

COORDENADOR:

JOAQUIM HENRIQUE GATTO (até 05/07/2017)

MARCIA CRISTINA DE OLIVEIRA (a partir de 06/07/2017)

O Curso de Graduação em Direito da UNIJUÍ tem periodicidade semestral, integralizando-se em 10 semestres letivos. A estrutura curricular do curso prevê o cumprimento de 60 disciplinas obrigatórias, correspondente a 3.270 horas de atividades, mais 7 disciplinas optativas (eletivas) com carga de 30 horas cada uma, que somam 210 horas de atividades, correspondendo a 232 créditos e, ainda, 225 horas de atividades complementares, importando numa carga horária total de 3.705 horas de atividades. As disciplinas estão organizadas em 10 semestres, com aulas no período noturno. As disciplinas obrigatórias são ofertadas na modalidade presencial e estão distribuídas na grade curricular de modo a garantir a interdisciplinaridade e a necessária inter-relação entre disciplinas formativas e profissionalizantes, estas desenvolvidas nas disciplinas de prática jurídica.

Para o cumprimento das (7) sete disciplinas optativas o curso disponibiliza um rol de disciplinas, sendo algumas ministradas na modalidade presencial e outras na modalidade à distância (EaD). A oferta de tais disciplinas é organizada, semestralmente, pelo Colegiado de Coordenação de Curso. A oferta das disciplinas optativas na modalidade EaD foi implementada no ano de 2010 com resultados bastante satisfatórios em termos de aprendizagem.

O Curso de Graduação em Direito da UNIJUÍ tem como diferencial a preocupação com a formação técnica de qualidade aliada a uma formação humanística e cidadã. Por isso, conjuntamente com as disciplinas técnico-profissionalizantes, é garantida uma significativa carga horária para disciplinas de natureza propedêutica e teórico-formativa, as quais são distribuídas ao longo dos semestres, a fim de propiciar a necessária inter-relação entre conhecimento teórico-reflexivo e técnico. Por outro lado, a proposta crítica e reflexiva do curso também é assumida no desenvolvimento das disciplinas de natureza técnica, as quais são condutoras do conhecimento profissional e importante espaço para reflexão e construção crítica dos seus conteúdos. O estudante ao concluir o curso recebe o título de Bacharel em Direito.

OBJETIVOS:

O Curso de Graduação em Direito possui uma inserção importante no contexto da região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, sendo responsável pela formação de um conjunto significativo dos operadores jurídicos atuantes nos diversos campos de abrangência do direito. Neste contexto, foram estabelecidos três objetivos gerais do Curso:

- Formar profissionais qualificados para o desempenho das diversas atividades que pressupõe o título de bacharel em Direito, dando-lhes, além dos conhecimentos técnicos indispensáveis, uma sólida formação crítica e humanista;
- Propiciar aos acadêmicos do Curso um espaço de debates sobre os principais temas vinculados ao saber jurídico, capacitando-os a interpretar a realidade em que estão inseridos de forma aberta, crítica e reflexiva;
- Criar um centro de pesquisa e extensão na área jurídica, viabilizando o aprofundamento do conhecimento sobre os principais temas da área jurídica e a socialização de seus resultados com a comunidade regional.

2.2. PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA

2.2.1. CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Previdenciário

COORDENADORA: NELCI LURDES GAYESKI MENEGUZZI

RESUMO:

O Direito do Trabalho, tanto material quanto processual e o Direito Previdenciário passam por relevantes alterações na atualidade, embora cada um possua sua autonomia científica, é inquestionável a relação entre um e outro. Assim, examinar-se-á durante o curso aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais voltando-se para a abordagem prático-teórica oportunizando a ampla discussão como instrumento de aproximação entre o suporte legal e as necessidades diárias que profissionais encontram em sociedade.

O curso proporcionará aos pós-graduandos uma visão abrangente de todo o direito material, processual trabalhista e do direito previdenciário, permitindo a formação de uma excelente base técnica para a sua vida profissional.

O curso visa propiciar uma visão crítico-reflexiva aos profissionais contemplando as atualizações pertinentes aos temas sob análise, mediante o aprofundamento teórico e interconexões com as diversas áreas do saber que o influenciam possibilitando assim o caráter interdisciplinar, bem como entre os principais temas e institutos que o caracterizam de modo a viabilizar o caráter interdisciplinar.

O curso está estruturado em Módulos de forma a organizar a dinâmica das aulas, bem como contribuir para o aprendizado sistematizado dos conteúdos propostos.

No Módulo I dar-se-á ênfase ao Direito Material do Trabalho, trazendo à apreciação dos acadêmicos todos os conteúdos concernentes ao direito individual e coletivo do trabalho.

Já no Módulo II ofertar-se-á conteúdos de Direito Processual do Trabalho, como forma de operacionalizar os conteúdos de direito material fornecendo subsídios à abordagem prática junto à Justiça do Trabalho.

No Módulo III oportunizar-se-á o contato com o Direito Previdenciário, traçando os contornos legais, doutrinários e jurisprudenciais aplicados na atualidade.

No Módulo IV há a possibilidade, para quem interessar, o acesso à disciplina optativa de Metodologia do Ensino Superior.

O curso é composto de 390 horas aula, distribuídas num período máximo de 24 meses. Teve início em abril de 2017 e o término em março de 2019.

Ao final do curso, o pós-graduado estará apto para atuar, na especificidade das demandas do Direito e Processo do Trabalho e em Direito Previdenciário, com solidez teórica e práticas adquiridas durante o curso.

OBJETIVOS:

O Direito do Trabalho, tanto material quanto processual e o Direito Previdenciário passam por relevantes alterações na atualidade, embora cada um possua sua autonomia científica, é inquestionável a relação entre um e outro, sendo assim, tem-se por objetivo examinar os aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais voltando-se para a abordagem prático-teórica oportunizando a ampla discussão como instrumento de aproximação entre o suporte legal e as necessidades diárias que profissionais encontram em sociedade.

- Aprofundar no estudo dos institutos específicos do Direito Trabalhista e do Direito Previdenciário;
- Promover reflexão e debate acerca das tendências atuais desses direitos sociais;
- Tratar de aspectos de Direito do Trabalho, do Direito Processual do Trabalho e do Direito Previdenciário atuais e relevantes para uma eficiente prevenção, planejamento e solução das questões relacionadas às áreas trabalhista e previdenciária, através do exame de casos práticos e de debates acerca de soluções criativas, em uma abordagem interdisciplinar;

- Fornecer subsídios teórico-práticos para a qualificação de profissionais na área Jurídica a fim de capacitá-los para atender às necessidades do mercado neste âmbito e, ainda, habilitá-los para atuar tanto nas áreas privada quanto pública;
- Fomentar o debate e a pesquisa acerca dos temas fundamentais do Direito do Trabalhista e Previdenciário, a partir da difusão de questionamentos relativos aos assuntos abordados durante o curso por parte de professores e estudantes.

RESULTADOS:

Ao final do curso, o pós-graduado estará apto para atuar, na especificidade das demandas do Direito e Processo do Trabalho e em Direito Previdenciário com solidez teórica e práticas adquiridas durante o Curso.

PÚBLICO-ALVO: Bacharéis em Direito, Advogados, Assessores Jurídicos de Empresas, Membros do Ministério Público e da Magistratura, Professores, Consultores, Servidores Públicos e demais profissionais que militam na Justiça Comum, na Justiça Federal, na Justiça do Trabalho e no INSS.

2.2.2. CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Qualificação Profissional - Mediação de Conflitos - 1ª edição

Local de Oferta: *Campus Ijuí*

Carga horária: 20

Nº de participantes: 10

Data do Curso: 15/03/2017

Qualificação Profissional - Contrato Individual de Trabalho - 1ª edição

Local de Oferta: *Campus Ijuí*

Carga horária: 24

Nº de participantes: 5

Data do Curso: 21/07/2017

2.2.3. CONVÊNIO CORPORATIVO

Qualificação Profissional - Mediação de Conflitos *In Company* com a Secretaria de Desenvolvimento Social de Santa Rosa

Local de Oferta: Santa Rosa

Carga horária: 20 horas

Nº de participantes: 19

2.2.4. ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO - PPGD

MESTRADO EM DIREITOS HUMANOS

COORDENADOR: GILMAR ANTONIO BEDIN

RESUMO:

O Curso de Mestrado em Direitos Humanos é uma iniciativa do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais e tem um recorte metodológico interdisciplinar. A área de concentração é aprofundada em três linhas de pesquisa. Estas linhas são as seguintes: Fundamentos e concretização dos direitos humanos; Direitos humanos, relações internacionais e equidade; Direitos humanos, meio ambiente e novos direitos. O Curso possui uma carga horária de 450 horas e está organizado academicamente em quatro núcleos: Núcleo de disciplinas obrigatórias comuns; Núcleo de disciplinas eletivas; Núcleo de disciplinas de pesquisa aplicada; Núcleo complementar (formação pedagógica). A oferta das disciplinas do Curso é feita anualmente. Ao concluir o curso, o estudante recebe o título de Mestre em Direito.

OBJETIVOS:

- A geração e a consolidação da pesquisa e da produção científica, por meio da formação de pesquisadores, de docentes e de outros profissionais qualificados para atuação na área do direito e áreas afins, tendo como referência metodológica a interdisciplinaridade e como temática fundamental a questão do reconhecimento, institucionalização e proteção dos direitos humanos.
- A intervenção na realidade por meio da reflexão crítica e da busca de alternativas, que possam contribuir para a maior consciência da centralidade dos direitos humanos para as sociedades democráticas e para sua maior eficácia no interior dos Estados e na sociedade internacional.

RESULTADOS:

O ano de 2017 foi marcado, para o Curso, pela divulgação da avaliação quadrienal (2013-2016) pela CAPES. O resultado foi excelente para o Curso: o Curso passou do conceito 3 para o conceito 4. Essa elevação do conceito do Curso foi um ato de reconhecimento pela CAPES do trabalho desenvolvido pelo Curso nos últimos anos e sinalizou claramente para o processo de encerramento de implantação e consolidação do Curso (cinco anos).

3. DIMENSÃO PESQUISA

3.1. AVALIAÇÃO DO NÚCLEO DE PESQUISA DO DEPARTAMENTO

COORDENADOR: DANIEL RUBENS CENCI

AVALIAÇÃO DA PESQUISA:

A experiência de coordenar o Núcleo de Pesquisa do DCJS apresenta diferentes leituras no conjunto das atividades atinentes a esta função. Por um lado, e tomando por base os relatos dos pesquisadores e orientadores de bolsistas, observa-se um esforço em qualificar as atividades de cada estudante, o que também se consolida nos relatórios apresentados, especialmente, com os registros de publicações de artigos e na efetivação da atividade científica esperada dos estudantes. Em que pese os relatórios de estudantes reportarem o aproveitamento da bolsa e da oportunidade de desenvolver habilidades de investigação científica, também é frequente os registros de estudantes bolsistas, de que há algumas dificuldades de diálogo com os orientadores que não oferecem espaços frequentes e mesmo via e-mails, retardam em semanas ou até mês, para retornar mensagens, o que efetivamente se percebe como realidade, ao auxiliar nos processos de orientação. Igualmente é corriqueiro o atraso no envio dos relatórios por parte de alguns orientadores, o que dificulta a emissão de pareceres por parte do Núcleo de Pesquisa. As alegações mais frequentes vão no sentido de sobrecarga de trabalho. Observam-se algumas situações pontuais de desatenção. Considerando os impactos no conjunto dos professores e especialmente dos estudantes adstritos ao DCJS, há uma busca crescente pelas bolsas que vão além do apoio financeiro, sendo frequentes as manifestações desejosas de qualificar-se para a pesquisa, de projetar o futuro na pesquisa e no ensino, o que revela

que os impactos esperados estão se efetivando. Prova disso é que há sempre uma lista de interessados em novas vagas de pesquisa e também pesquisadores voluntários. Há também um processo crescente de atividades de pesquisa em grupo dando a transversalidade importante e necessária nas pesquisas e que em muito qualificam este processo. Em sentido mais amplo, as presenças de candidatos e mestrandos aprovados no PPGD, demonstra a efetiva qualificação pela presença de egressos do curso de Direito da UNIJUÍ, neste programa.

Enfim, entende-se que os objetivos da Pesquisa Institucional, no âmbito do DCJS, são atingidos, com dificuldades e desafios percebidos como normais pela coordenação e, também, frente aos relatos dos demais professores da Universidade, junto ao Comitê de Pesquisa.

3.2. PROJETOS DE PESQUISA

Grupo de Pesquisa: Direitos Humanos, Meio Ambiente e Novos Direitos

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito

Título: MIXOFobia & DIREITOS HUMANOS: A CONSTRUÇÃO DOS IMIGRANTES COMO “SUJEITOS DE RISCO” E O TRATAMENTO JURÍDICO-PENAL DA IMIGRAÇÃO IRREGULAR NA UNIÃO EUROPÉIA COMO RETROCESSO RUMO A UM MODELO DE DIREITO PENAL DE AUTOR

Coordenador: MAIQUEL ÂNGELO DEZORDI WERMUTH

Período de realização da pesquisa: 02/06/2014 - 31/12/2018

Apresentação: As políticas de imigração dos países centrais europeus assumem na contemporaneidade traços altamente repressivistas e excludentes, uma vez que assentadas em práticas que priorizam o controle das fronteiras no sentido de sua “impermeabilização”, bem como na perseguição e expulsão dos imigrantes que eventualmente conseguem transpô-las de forma irregular, o que acarreta a construção de uma legislação altamente repressiva e violadora dos direitos fundamentais dos migrantes.

Público-alvo: Migrantes ou imigrantes, Comunidades locais, Comunidade científica, Estudantes.

Resultados: O ano de 2017 apresentou excelentes resultados do projeto de pesquisa. Os bolsistas envolvidos no Projeto participaram de vários eventos de Iniciação Científica, com destaque para o Salão do Conhecimento da UNIJUÍ (evento no qual foram apresentados pôsteres, resumos expandidos e painel temático) e para o 8º Congresso Internacional de Ciências Criminais, promovido pela PUCRS (evento no qual foram apresentados dois trabalhos completos que estão em fase de editoração dos Anais - <http://www.pucrs.br/eventos/inst/cienciascriminais2017/>). O professor coordenador do Projeto ministrou palestras em várias instituições acerca do tema do projeto, em eventos de caráter regional e nacional, além de publicar artigos científicos em periódicos de estratos B1, A1 e A2, contendo os resultados da pesquisa realizada.

Grupo de Pesquisa: Direitos Humanos, Meio Ambiente e Novos Direitos

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito

Título: NOVAS TECNOLOGIAS, DIREITOS HUMANOS E RESPONSABILIDADE

Coordenador: MATEUS DE OLIVEIRA FORNASIER

Período de realização da pesquisa: 01/01/2014 - 31/12/2018

Apresentação: Pretende-se investigar as interfaces entre inovações tecnocientíficas e Direito no que se refere à temática da responsabilidade (civil, penal e administrativa). Busca identificar as tensões estabelecidas entre Direitos Humanos e Fundamentais e a responsabilização jurídica, frente às inovações tecnocientíficas. Nesta senda, o Direito é desafiado pelo aumento (outrora inimaginável) quantitativo e qualitativo e possibilidades de responsabilização jurídica (civil, penal e administrativa).

Público-alvo: Comunidade científica, Outras ONGs, Estudantes, Indivíduos apenados e/ou egressos do sistema penitenciário.

Resultados: Elaboração e publicação de artigos científicos (no mínimo de estrato B1 junto ao QUALIS CAPES); apresentação da palestra “Direito e redes sociais” a alunos de Ensino Médio em escolas da região de Ijuí/RS; apresentação da palestra “Ordens jurídicas não estatais e Direitos Humanos” como aula inaugural para o Mestrado em Direito da UniLaSalle, Canoas/RS (turma 2017).

Grupo de Pesquisa: Direitos Humanos, Meio Ambiente e Novos Direitos

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito

Título: A COMPLEXA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE NO BRASIL: PARADOXOS TEÓRICOS E NORMATIVOS

Coordenador: JANAÍNA MACHADO STURZA

Período de realização da pesquisa: 01/08/2017 - 30/07/2021

Apresentação: O presente projeto objetiva fazer uma análise do direito fundamental social à saúde, em especial às políticas públicas articuladas e fomentadas pelo Ministério da Saúde para garantir e promover o acesso à atenção básica em saúde como parte do direito à saúde. Para tanto, utilizar-se-á o aporte teórico e normativo pós Constituição de 1988, buscando especialmente conhecer as políticas públicas do sistema público de saúde no Brasil. Tal estudo será realizado sob a perspectiva reflexiva das teorias do Direito Fraternal e do Direito Vivo, considerando-se que os direitos sociais são direitos humanos fundamentais no senso jurídico, uma vez que são direitos que têm como escopo a índole social do ser humano, além de serem exigências que brotam da condição de sermos membros ativos e solidários de um grupo social. Assim, os direitos sociais são, sem dúvida alguma, direitos fundamentais e por esta razão exigem não só o seu cumprimento por parte do Estado, mas também a sua ampla e irrestrita proteção. Logo, na sociedade contemporânea, a saúde pode ser considerada como um bem comum a todos, como um direito fundamental social necessário à manutenção da vida.

Público-alvo: Crianças e adolescentes, Crianças e adolescentes - vítimas de violência sexual, Idosos, Mulheres, Portadores de deficiência, Negros e/ou quilombolas, Indígenas, Organizações/movimentos populares, Indivíduos em situação de rua, Migrantes ou imigrantes, Usuários de substâncias psicoativas, Comunidades locais, Família, Comunidade científica, Autoridade locais, Lideranças comunitárias, Moradores de área de ocupação, Outras ONGs, Estudantes, Indivíduos apenados e/ou egressos do sistema penitenciário.

Resultados: Durante o período de 2017/02, quando o projeto iniciou, os bolsistas e estudantes do mestrado participaram de atividades acadêmicas institucionais e também em outras instituições, divulgando o projeto e o início da pesquisa.

Além destas atividades, os estudantes iniciaram as leituras pertinentes à construção do referencial teórico do projeto.

Grupo de Pesquisa: Fundamentos e Concretização dos Direitos Humanos

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito

Título: DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA E NA EDUCAÇÃO POPULAR

Coordenador: ÊNIO WALDIR DA SILVA

Período de realização da pesquisa: 30/06/2015 - 21/12/2019

Apresentação: Insere-se na dimensão de duas linhas de pesquisa: Educação Popular e Processos Associativos e Cooperativos na Sociedade Atual e Fundamentação e Concretização dos Direitos Humanos. Pretende-se pesquisar o tema Direitos Humanos e Educação, problematizando as teorias e as demandas por dignidade humana no cotidiano escolar e na educação popular. Com o método da pesquisa bibliográfica construir-se-á um quadro teórico e com a Pesquisa-ação Participante far-se-á discussões com atores.

Público-alvo: Associações, Organizações/movimentos populares, Adolescentes em conflito com a lei, Comunidades locais, Família, Comunidade científica, Estudantes.

Resultados: Aplicação da Pesquisa de Campo - Pesquisa-Ação Participante na Escola Polivalente. Fez-se uma tematização de aprofundamento sobre EDUCAR EM CONDIÇÕES DE CONFLITUALIDADE e o papel dos direitos humanos na escola. Seguiu-se de um ótimo debate e posições dos professores. Na Escola 15 de Novembro, foram realizados trabalhos com grupo menores de professores e em seguida com os pais e a colaboração destes para a paz na escola e prevenção da cultura da violência em seus filhos. Na escola José Lang, de Augusto Pestana, o diálogo foi sobre como educar usando a dimensão de conflito - os desafios dos professores. Na Escola Thomé de Souza, também debates com um conjunto maior de professores e em seguida com os pais sobre preparar os filhos para a convivência e a paz, colaborando com a educação escolar. Com SMED de Ijuí reforçou-se as compreensões dos professores de como lidar com os conflitos na educação escolar. Está-se em fase final de compilamento dos dados orais dos diálogos.

Grupo de Pesquisa: Direitos Humanos, Relações Internacionais e Equidade

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito

Título: A SOCIEDADE INTERNACIONAL E A PAZ POR MEIO DO DIREITO: UMA LEITURA A PARTIR DAS OBRAS DE HANS KELSEN E DE NORBERTO BOBBIO

Coordenador: GILMAR ANTONIO BEDIN

Período de realização da pesquisa: 01/03/2011 - 31/12/2020

Apresentação: O presente projeto está vinculado ao Curso de Mestrado em Direitos Humanos e tem como objetivo refletir sobre as condições da paz na sociedade internacional.

Público-alvo: Estudantes, comunidade científica.

Resultados: O projeto de pesquisa gerou vários trabalhos científicos e diversas dissertações.

4. DIMENSÃO EXTENSÃO

4.1. AVALIAÇÃO DO NÚCLEO DE EXTENSÃO DO DEPARTAMENTO

COORDENADOR: TOBIAS DAMIÃO CORRÊA

As atividades de extensão realizadas no DCJS apresentam uma perspectiva de significativo impacto social, prevendo o fortalecimento e o aprimoramento de suas ações junto à comunidade dos *Campi* de Ijuí, Santa Rosa e Três Passos, propondo estratégias que buscam fortalecer a indissociabilidade entre as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.

Além do mais, os projetos desenvolvidos no âmbito de Departamento atendem aos objetivos e estratégias constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do DCJS, que prevê a implementação e a consolidação de metodologias para resolução de conflitos nas cidades de Ijuí, Santa Rosa e Três Passos, mediante a utilização de estratégias alternativas, como a conciliação, a mediação e a negociação.

Dessa forma, os projetos atendem integralmente as diretrizes que orientam a política institucional de extensão da UNIJUI, em especial, as que compreendem a extensão como espaço de interação acadêmica e dialógica com a sociedade, como prática de socialização, sistematização e produção de conhecimentos, que se dá de forma sistemática e continuada e como prática comprometida com o desenvolvimento social visando a problematização e a construção de alternativas para as questões locais e regionais, fortalecendo a emancipação dos grupos envolvidos.

Dentro de todo o contexto retratado acima, o Núcleo de Extensão e Cultura do DCJS entende que os projetos levados adiante estão dentro de todo o planejamento estratégico previsto no PDI.

4.2. PROJETOS DE EXTENSÃO

1. PROGRAMA: DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1.1. Título: CONFLITOS SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS: ALTERNATIVAS ADEQUADAS DE TRATAMENTO E RESOLUÇÃO - 2017

Coordenadora: FABIANA FACHINETTO

Período de realização: 09/11/2015 - 08/11/2018

Apresentação: O projeto busca a integração entre a Universidade e a comunidade externa das cidades de Ijuí, Santa Rosa, Três Passos, além de englobar as respectivas regiões, fomentando a criação e a qualificação dos espaços públicos que garantam o exercício da cidadania, assim como ações individuais e coletivas de efetivação de práticas alternativas de solução de conflitos, em especial, os vinculados às relações familiares, patrimoniais, de consumo e as estabelecidas no âmbito escolar.

Público-alvo: Crianças e adolescentes, Idosos, Comunidades locais, Família, Estudantes.

Projeto de cunho e responsabilidade social: Sim.

Objetivos: a) implantar o sistema alternativo de tratamento de conflitos no Escritório Modelo de Ijuí e de Três Passos; b) fortalecer as práticas de mediação e conciliação em Santa Rosa; c) fortalecer as práticas desenvolvidas nos Balcões do Consumidor de Ijuí e de Três Passos, especialmente com o tratamento das situações de superendividamento; d) fortalecer a prática da mediação nas escolas de Santa Rosa; e) implantar atividades de educação para o consumo em Ijuí e Três Passos.

RESULTADOS:

O projeto teve um resultado extremamente positivo, tendo contribuído para uma efetiva solução consensual dos litígios oriundos das relações de consumo, familiares e escolares. A seguir são apresentados os números nos três *campi* em que o projeto é desenvolvido, com dados colhidos entre 01.01.17 a 30.11.17.

Bolsistas envolvidos: 9 estudantes do curso de Direito.

Campus Ijuí: 2.400 atendimentos no Balcão do Consumidor, seis audiências de mediação, sendo três exitosas. Em relação aos acadêmicos que cursaram Estágio Obrigatório junto ao Balcão, foram 12 estudantes, tendo sido feitos 120 atendimentos, destes 40 são novos clientes, ajuizados 28 processos judiciais.

Campus Santa Rosa: No que tange as mediações extrajudiciais, foram realizadas 46 triagens, 22 sessões de mediação, sendo sete exitosas, restante pende de composição. Na mediação escolar foram atendidos 23 alunos.

Campus Três Passos: 417 atendimentos, quatro audiências de mediação exitosas.

Produção Científica Resultante:

NICOLETTI, Andressa; PERSSON, Rodrigo; FACHINETTO, Fabiana. O conceito de vício e as diversas garantias a disposição do consumidor: um alerta à abusividade da garantia estendida. In: Salão do Conhecimento. **Anais da XVIII JORNADA DE EXTENSÃO**. Ijuí: Unijuí, 2017.

RODRIGUES, Jenifer; AVILA, Augusto Medeiros de; CORREA, Tobias Damião. Balcão do consumidor enquanto instrumento alternativo de resolução de conflitos consumeristas: resultados dos atendimentos do primeiro trimestre de 2017. In: Salão do Conhecimento. **Anais da XVIII JORNADA DE EXTENSÃO**. Ijuí: Unijuí, 2017.

DEPPER, Andressa; SERRER, Fernanda; FORMENTINI, Francieli. O papel do advogado frente aos novos métodos de resolução de conflitos. In: LUCAS, Douglas et al (orgs.). **Jurisdição, Democracia e Direitos Humanos em novas Perspectivas**. Bento Gonçalves: Associação Refletindo Direito, 2017, p. 617-632.

DEPPER, Andressa; SERRER, Fernanda; FORMENTINI, Francieli; CARDOSO, Vanessa Caroline. A Mediação Familiar desenvolvida no projeto de extensão universitária? Conflitos Sociais e Direitos Humanos? da Unijuí, RS. IN: **Anais do II Seminário de Pesquisa, Extensão e Iniciação Científica**. Santo Ângelo: IESA, 2107, p. 390-400.

SERRER, Fernanda; FORMENTINI, Francieli; HERMANN, Juliana. Salão do Conhecimento. Percepções Práticas sobre a Mediação Familiar. In: Salão do Conhecimento. **Anais da XVIII JORNADA DE EXTENSÃO**. Ijuí: Unijuí, 2017.

SERRER, Fernanda; FORMENTINI, Francieli. MEDIAÇÃO ESCOLAR: a atuação do Projeto de Extensão Universitária ?Conflitos Sociais e Direitos Humanos? da Unijuí, RS. In: **Anais do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisa em Sociologia do Direito**. Porto Alegre: Unisinos, 2017.

SCHNEIDER, Eliete Vanessa; VOOS, Yana Paula Both. Balcão do consumidor enquanto método de tratamento consensual dos conflitos: a mediação entre consumidor e fornecedor. Publicação nos **Anais do 2º Congresso Nacional Jurisdição, democracia e Direitos Humanos e II Mostra de Trabalhos Jurídicos do Curso de Direito da Unijuí/Santa Rosa**, promovido pelo Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul? UNIJUÍ. <https://www.unijui.edu.br/eventos/ii-congresso-nacional-juridico-democracia-e-direitos-humanos-2017-santa-rosa-460>

SCHNEIDER, Eliete Vanessa; ARNEMANN, Karine. Genocídio de Ruanda: o valor do sangue africano. Publicação nos **Anais da I Mostra Acadêmica de Artigos Científicos**, promovida pelo Centro Acadêmico de Direito e Coordenação do Curso de Direito da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul? UNIJUÍ? *Campus Três Passos*. <https://www.unijui.edu.br/eventos/semana-dos-15-anos-do-curso-de-direito-campus-trs-passos-682>

SCHNEIDER, Eliete Vanessa; VOOS, Yana Paula Both. Balcão do consumidor enquanto política pública na relação de consumo: a desigualdade informacional i (mutável). Publicação nos **Anais do I Seminário Internacional sobre a Teoria da Justiça de Amartya Sen**, promovido pela Faculdade Meridional? IMED. <https://www.imed.edu.br/Comunicacao/Noticias/1--seminario-internacional-sobre-a-teoria-da-justica-de-amartya-sen-abre-inscricoes>

SCHNEIDER, Eliete Vanessa; VOOS, Yana Paula Both. Segunda Guerra Mundial: Memória e construção dos direitos humanos. Publicação nos Anais da XVII Mostra Regional de Trabalhos Jurídicos promovida pelo Curso de graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões? URI. http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/sites/site_novo/wp-content/uploads/2017/07/Anais2017-09082017.pdf

1.2. Título: CIDADANIA PARA TODOS - 2017

Coordenadora: ESTER ELIANA HAUSER

Período de realização: 02/09/2016 - 02/09/2019

Apresentação: Trata-se de projeto de extensão, na modalidade ação comunitária, desenvolvido por professores e estudantes dos cursos de Direito, Psicologia e Comunicação Social da UNIJUÍ, que atua na educação para a Cidadania e para os Direitos Humanos.

Público-alvo: Crianças e adolescentes, Crianças e adolescentes - vítimas de violência sexual, Idosos, Mulheres, Organizações/movimentos populares, Adolescentes em conflito com a lei, Comunidades locais, Família, Estudantes, Indivíduos apenados e/ou egressos do sistema penitenciário.

Projeto de cunho e responsabilidade social: Sim.

Objetivos: Estabelecer a integração entre a Universidade e a comunidade externa, fomentando a criação de espaços de educação para a cidadania e para os direitos humanos; Promover reflexão e socialização de informações sobre temas relacionados aos direitos fundamentais visando a emancipação e o protagonismo dos sujeitos sociais envolvidos; Oportunizar aos acadêmicos o contato com a realidade social, garantindo a aplicação prática de conhecimentos teórico-metodológicos adquiridos.

Resultados:

No ano de 2017 foram realizadas diversas atividades nas escolas e demais entidades parceiras do Projeto, totalizando 28 oficinas em 04 lugares diferentes, em 02 municípios da região de atuação dos *campi* da UNIJUÍ, atingindo aproximadamente 500 pessoas. Houve também expressiva participação em eventos locais, regionais e nacionais por meio de palestras e oficinas. Ao total foram 10 eventos,

com público atingido de 2.495 pessoas. Destaca-se a participação do Projeto em eventos comemorativos ao dia da mulher e de combate à violência doméstica, bem como o Profissional do Futuro e o Salão do Conhecimento com a realização de 25 oficinas e 05 painéis temáticos. Em parceria com o Poder Judiciário do Estado do RS e Ministério Público, participou do movimento para implementação de práticas de Justiça Restaurativa no município e, para isso, iniciou a formação no curso de Facilitadores de Justiça Restaurativa oferecido pelo TJ/RS e passou a integrar o grupo de estudos organizado no âmbito do MP.

Produção Científica Resultante:

Como resultado das pesquisas e ações desenvolvidas no projeto, durante o ano de 2017, foram produzidos e publicados artigos e resumos expandidos em eventos promovidos no âmbito da UNIJUÍ, somando três Resumos Expandidos no Salão do Conhecimento 2017 e dois artigos científicos no Seminário Internacional de Direitos Humanos. Também resultaram das ações desenvolvidas a produção de seis capítulos de livros, bem como a produção de dois Trabalhos de Conclusão de Curso, cujas temáticas são vinculadas as abordadas pelo projeto e que foram orientadas por professores que nele atuam.

Publicações em eventos no ano de 2017

BRONZATTO, Bruna Schmidt; WEILER, Ana Luísa Dessoy; ALLEGRETTI, Fernanda Espindola; HAUSER, Ester Eliana; NIELSSON, Joice Graciele; FENGLER, Sônia da Costa. Questões de gênero e violência: as vivências de educação para os direitos humanos no âmbito do projeto de extensão Cidadania para Todos. XVIII Jornada de Extensão. In: **Anais do Salão do Conhecimento 2017**. UNIJUÍ, 2017.

SCHWERZ, Fernanda Bazzan; WEILER, Ana Luísa Dessoy; GATTO, Joaquim Henrique; SANTOS, Marcelo Loeblen Santos. A educação a partir do exercício da cidadania e dos direitos humanos: um relato de experiências do projeto de extensão Cidadania para Todos. XVIII Jornada de Extensão. In: **Anais do Salão do Conhecimento 2017**. UNIJUÍ, 2017.

IORA, Herminia Wilhelmina Bernardes; OLIVIER, Laura Ott; MENEGUZZI, Nelci Lurdes Gayeski; CACIAMANI, Bianca. Importância do trabalho como meio de garantir ou efetivar o princípio da dignidade da pessoa humana. XVIII Jornada de Extensão. In: **Anais do Salão do Conhecimento 2017**. UNIJUÍ, 2017.

BRONZATTO, Bruna Schmidt; NIELSSON, Joice Graciele. Gênero, sexualidade e diversidade: desafios imprescindíveis no contexto escolar. V Seminário Internacional de Direitos Humanos e Democracia. In: **V Mostra de Trabalhos**. UNIJUÍ, 2017

HAUSER, Ester Eliana; NIELSSON, Joice Graciele. Educação em questões de gênero e violência: Possibilidades de aplicação das práticas restaurativas no ambiente escolar. V Seminário Internacional de Direitos Humanos e Democracia. In: **V Mostra de Trabalhos**. UNIJUÍ, 2017

Capítulos de Livros

BURCKART, Bethina; HAUSER, Ester E. Sistema Penal e encarceramento feminino: questões de gênero no âmbito penitenciário brasileiro. In: NIELSSON, Joice Graciela; PINTO, Raquel Cristiane (Orgs). **Direito e gênero**: reflexões críticas. Bento Gonçalves, RS. Associação Refletindo o Direito, 2017.

NIELSSON, J. G.; HAUSER, E. E. Educação em Questões de Gênero e Violência: um Olhar a partir das Vivências do Projeto de Extensão Cidadania para Todos. In: NIELSSON, Joice Graciele; PINTO, Raquel Cristiane Feistel (Org.). **Direito e Gênero**: reflexões críticas. 1 ed. Bento Gonçalves, RS: Associação Refletindo o Direito, 2017, v. 01, p. 410-420.

NIELSSON, J. G.; BRONZATTO, B. S. Reflexões acerca da Manifestação da Cultura do Estupro na Atualidade. In: WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi (Org.). Ciências Criminais e Direitos Humanos. 1 ed. Bento Gonçalves, RS. Associação Refletindo o Direito, 2017, v. 2, p. 286-296.

NIELSSON, J. G.; FAGUNDES, L. B.; O Impacto do Processo de Precarização das Relações de Trabalho sobre a Vida das Trabalhadoras Brasileiras do Século XXI. In: WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi (Org.). Ciências Criminais e Direitos Humanos. 1 ed. Bento Gonçalves, RS. Associação Refletindo o Direito, 2017, v. 2, p. 383 a 395.

NIELSSON, J. G.; PINTO, Raquel C. F. (Org.). Direito e Gênero: Reflexões críticas. 1 ed. Bento Gonçalves, RS. Associação Refletindo o Direito, 2017. v. 01. 442p.

NIELSSON, J. G.; CASTRO, A. G.; CACIAMANI, B. R.; GATTO, J. H.; VOOS, Y. P. B. (Org.). Sociedade, Gênero e Meio Ambiente: discussões jurídicas sobre os direitos humanos. 1 ed. Bento Gonçalves, RS. Refletindo o Direito, 2017. v. 01. 269p.

Trabalhos de Conclusão de Curso:

WEILER, Ana C. D; HAUSER, Ester E. (Orientadora). A Cultura do Estupro e o Papel do Sistema Jurídico Penal no Enfrentamento da Violência Sexual. Trabalho de Conclusão de Curso. UNIJUÍ: Ijuí. **Curso de Graduação em Direito**, 2017.

BURCKARDT, Bethina; HAUSER, Ester E. (Orientadora). Encarceramento Feminino e Questões de Gênero: considerações a partir da Penitenciária Modulada de Ijuí/RS. **Trabalho de Conclusão de Curso**. UNIJUÍ: Ijuí. Curso de Graduação em Direito, 2017.

5. PROMOÇÕES DE EVENTOS DO DEPARTAMENTO

Aula Inaugural 1º/2017

Data: 09/03/2017

Local: Salão de Atos Argemiro Jacob Brum

Número de participantes: 350

Recepção aos Calouros

Data: 29/03/2017

Local: Salão Azul

Número de participantes: 80

II Congresso Nacional Ciências Criminais e Direitos Humanos

Data: 13 a 26/05/2017

Local: Salão de Atos Argemiro Jacob Brum

Número de participantes: 350 por dia

I Seminário Debatendo Direitos Humanos na Terra das Culturas Diversificadas

Data: 21 e 22/08/2017

Local: Salão de Atos Argemiro Jacob Brum

Número de participantes: 350 por dia

Profissional do Futuro

Data: 29 a 31/08/2017

Local: DCJS

Número de participantes: 100 por dia

Recepção aos Calouros

Data: 19/09/2017

Local: Salão Azul

Número de participantes: 40

Liberdade de Imprensa: Judiciário e a Mídia a Serviço da Comunidade

Data: 26/09/2017

Local: Centro de Eventos - UNIJUÍ

Número de participantes: 70

Audiências Públicas da Comissão Especial de Revisão Legal

Data: 10/11/2017

Local: Centro de Eventos - UNIJUÍ

Número de participantes: 50

Aula Inaugural 1º/2017

Data: 14/03/2017

Local: Auditório

Número de participantes: 150

Recepção aos Calouros

Data: 15/03/2017

Local: Mini Auditório – Sala 106

Número de participantes: 350

Curtas em Debate 1º/2017

Data: 12/04/2017

Local: Sala 315

Número de participantes: 60

Curtas em Debate 1/2017

Data: 13/04/2017

Local: Sala 314

Número de participantes: 60

Curtas em Debate 1º/2017

Data: 18/04/2017

Local: Sala 319

Número de participantes: 60

2º Encontro de Egressos, no Estande da Unijuí - FEICAP

Data: 20/04/2017

Local: Estande FEICAP

Número de participantes: 50

Curtas em Debate 1º/2017

Data: 22/05/2017

Local: Sala 319

Número de participantes: 60

Curtas em Debate 1º/2017

Data: 24/05/2017

Local: Sala 314

Número de participantes: 60

Semana dos 15 Anos do Curso de Direito da UNIJUÍ *Campus* Três Passos 1º/2017

Data: 29/05 a 02/06/2017

Local: Auditório

Número de participantes: 200

I Seminário de Direito do Consumidor

Data: 01 e 02/06/2017

Local: Auditório

Número de participantes: 150

Aula Inaugural 2º/2017

Data: 10/08/2017

Local: Auditório

Número de participantes: 150

Recepção aos calouros

Data: 17/03/2017

Local: Auditório Central - *Campus* Santa Rosa

Número de participantes: 40

Aula Inaugural 1º/2017, com o tema “A REFORMA PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA”

Data: 20/03/2017

Local: Auditório Central - *Campus* Santa Rosa

Número de participantes: 259

2º Congresso Nacional Jurisdição, Democracia e Direitos Humanos

Data: 30/05 a 02/06 de 2017

Local: Auditório Central - *Campus* Santa Rosa

Número de participantes: 219

Aula Inaugural 2º/2017, com o tema “Advogado: da defesa de direitos ao direito de defesa”

Data: 14 /08/2017

Local: Auditório Central - *Campus* Santa Rosa

Número de participantes: 196

Aula Aberta do Curso de Mestrado em Direitos Humanos

Data: 10/11/2017

Local: Auditório Central - *Campus* Santa Rosa

Número de participantes: 99

Painel alusivo aos 25 anos do Curso de Direito da UNIJUÍ

Data: 21/11/2017

Local: Auditório Central - *Campus* Santa Rosa

Número de participantes: 102

Júri Simulado

Data: 10/11/2017

Local: Escola Estadual de Ensino Médio Pedro Meirerz – Santa Rosa

Número de participantes:100

6. PARTICIPAÇÕES EM BANCA DE OUTRAS IES

CUNHA, Paulo Roberto da. **A transparência e o acesso à informação no legislativo municipal em uma sociedade democrática**: estudo de caso no legislativo municipal de Gravataí. UniLaSalle - Canoas/RS, 11 de agosto de 2017. **MESTRADO**. Professor Orientador: Germano Schwartz. Membros da Banca: Germano Schwartz; Mateus de Oliveira Fornasier.

FELIX, Patricia de Lima. As relações internacionais e o protagonismo das organizações terroristas como atores não estatais em rede. UNICHAPECÓ – Chapecó/SC, 21 de março de 2017. **MESTRADO**. Professor Orientador: Odete Maria de Oliveira. Membros da Banca: Odete Maria de Oliveira; Gilmar Antonio Bedin; e Giovanni Olsson.

FOLLE, Maria Luiza Roman. As relações Internacionais Contemporâneas e o seu Cenário Global: estudo sobre a atuação dos atores não estatais violentos e o impacto de sua governança marginal. UNOCHAPECÓ - Chapecó/SC, 15 de dezembro de 2017. **MESTRADO**. Professor Orientador: Odete Maria de Oliveira. Membros da Banca: Odete Maria de Oliveira; Gilmar Antonio Bedin; e Giovanni Olsson.

LAZARETTI, Isadora Kauana. O Poder Intransitivo dos Movimentos Sociais Globais como Atores Não-estatais. UNOCHAPECÓ - Chapecó/SC, 30 de novembro de 2017. **MESTRADO**. Professor Orientador: Giovanni Olsson. Membros da Banca: Giovanni Olsson; Odete Maria de Oliveira; e Gilmar Antonio Bedin

SILVA, Gerson Luiz Cardoso da. A Dinâmica das Interações Sociais e os Capitais Sociais Presentes na Praça Dom Antonio Zattera – Pelotas/RS. UFPel – Pelotas/RS, 03 de março de 2017. **MESTRADO**.

Professor Orientador: Guilherme Camargo Massaú. Membros da Banca: Guilherme Camargo Massaú; Maria Thereza Rosa Ribeiro; Luiz Antônio Bogo Chies; e Gilmar Antonio Bedin.

PEREIRA, Marília do Nascimento. Participação Popular: o papel da internet e a possibilidade de reconstituição democrática deliberativa do direito à educação. UFSM – Santa Maria/RS, 02 de março de 2017. **MESTRADO**. Professor Orientador: Valéria Ribas do Nascimento. Membros da Banca: Valéria Ribas do Nascimento; Rosane Leal da Silva; e Gilmar Antonio Bedin.

WILLERS, Mariane Maria. O Estado Federal Brasileiro e o papel dos Municípios na Efetivação dos Direitos Sociais: uma análise da concretização do direito à saúde em Caibaté/RS e em Santo Ângelo/RS. URI – Santo Ângelo/RS, 17 de fevereiro de 2017. **MESTRADO**. Professor Orientador: Gilmar Antonio Bedin. Membros da Banca: Gilmar Antonio Bedin; Daniel Rubens Cenci; e Osmar Veronese.

SILVA, Agnelo Fabiano Prado da. A Garantia da Justiça e da Dignidade dos Pequenos Agricultores Atingidos pela Demarcação da terra Indígena no Município de Vicente Dutra/RS. URI – Santo Ângelo/RS, 26 de janeiro de 2017. **MESTRADO**. Professor Orientador: Florisbal Del'Olmo. Membros da Banca: Florisbal Del'Olmo; Sinara Camera; e Gilmar Antonio Bedin.

MARTINS, Janete Rosa Martins. A Democratização do Acesso à Justiça e novas Mediações. Tratamento de conflitos sociais da Comarca de Santo Ângelo/RS. UNISINOS – São Leopoldo/RS, 18 de março de 2017. **DOCTORADO**. Professor Orientador: Aloíso Ruscheinsky. Membros da Banca: Aloíso Ruscheinsky; Claudia Maria Hansel; Solon Eduardo Annes Viola; Carlos Alfredo Gadea Castro; e Gilmar Antonio Bedin.

TOALDO, Adriane Medianeira. Direito Social à Saúde: rearticulação do Pacto Federativo a partir de estratégias locais de cooperação, integração e controle social. UNISC – Santa Cruz do Sul/RS, 20 de março de 2017. **DOCTORADO**. Professor Orientador: Ricardo Hermany. Membros da Banca: Ricardo Hermany; Marli M. M. da Costa; João Pedro Schmidt; Marcia Adriana Dias Kraeme; e Gilmar Antonio Bedin.

CHIOCHETTA, Melvin. As liberdades naturais e a atuação do Estado democrático. UNICRUZ - Cruz Alta/RS – 15 de março de 2017. **MESTRADO**. Professor Orientador: Claudia Maria Prudêncio de Mera. Membros da Banca: Joice Graciele Nielsson; Tiago Anderson Brutti; Claudia Maria Prudêncio de Mera; e Adair Admans.

ROSA, Nara Regina da. Plano de gestão dos resíduos sólidos e reabertura da cooperativa de catadores para manejo do lixo urbano no município de São Miguel das Missões/RS. URI – Santo Ângelo/RS, 03 de março de 2017. **MESTRADO**. Professor Orientador: Vilmar Antonio Boff. Membros da Banca: Daniel Rubens Cenci; Vilmar Antonio Boff; e Joice Graciele Nielsson.

7. LABORATÓRIOS

LABORATÓRIO DE PESQUISA

RESPONSÁVEL: Gilmar Antonio Bedin

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS: O programa de Mestrado em Direito conta com ampla infraestrutura disponível para as atividades administrativas, de ensino e de pesquisa.

Prédio Beta - Local de Funcionamento Administrativo do Programa - composto de uma sala para a Secretaria do Programa; seis salas de estudos para os professores (dois professores por sala); uma sala de reuniões; uma sala para a coordenação do Programa; uma sala denominada Miniauditório, para pequenos eventos e bancas de defesa de dissertação; e uma sala de pesquisa/estudo para os alunos, equipada com quatro computadores instalados.

OBJETIVOS: Atividades administrativas, de ensino e pesquisa para o corpo discente e docente do programa.

RESULTADOS: Atendimento/envolvimento/debate/discussões e troca de conhecimento entre mestrandos, docentes e estudantes bolsistas de iniciação científica da graduação.

PÚBLICO-ALVO: Comunidade científica e estudantes.

LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA – ESCRITÓRIO MODELO - IJUÍ

RESPONSÁVEL: Marcelo Loeblein dos Santos

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS: Atendimento gratuito à comunidade financeiramente hipossuficiente.

OBJETIVOS: Ampliar o acesso à justiça às pessoas vulneráveis da comunidade externa regional.

RESULTADOS: Satisfazer o pleito de forma mais benéfica ao assistido dentro das possibilidades jurídicas.

PÚBLICO-ALVO: Crianças e adolescentes, Migrantes ou imigrantes, Idosos, Mulheres em situação de risco, Comunidades locais, família, pequenos produtores, Portadores de deficiência, Negros e/ou quilombolas, Moradores de área de ocupação, Indígenas, Indivíduos em situação de rua.

Número total de atendimentos: aproximadamente 1.525

Cientes novos: 572

Cientes Retorno: aproximadamente 953

Estatísticas do Escritório Modelo de Ijuí até dezembro de 2017

Turnos de atendimento: 9

Cientes novos: 572

Cientes retorno: 953

Pastas abertas: 322

Pastas arquivadas: 291

Fichas de clientes novos arquivadas: 204

Processos em andamento: 731

Iniciais feitas: 186

Petições feitas: 933

Recursos feitos: 240

Audiências de conciliação: 240

Audiências de instrução: 41

LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA – ESCRITÓRIO MODELO – SANTA ROSA

RESPONSÁVEL: Francieli Formentini

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS: Os estudantes matriculados nas disciplinas de Estágio Supervisionado I e II desenvolvem a prática jurídica por meio de atendimento aos clientes em diversas áreas do campo jurídico e elaboração de peças/petições em processos judiciais e administrativos. No início de cada semestre foi disponibilizado aos estudantes, no portal da UNIJUÍ e na pasta do grupo de estudantes (no computador corresponde a cada um dos gabinetes de atendimento) o Guia do Núcleo de Prática Jurídica, no qual constam regras relativas ao funcionamento, atendimento, uso do material de expediente e estrutura do Escritório Modelo, postura do estagiário e critérios de avaliação das disciplinas. Com o objetivo de qualificar as atividades docentes junto ao Núcleo de Prática Jurídica, foram realizadas reuniões com os professores vinculados à disciplina, nas quais, foram discutidas propostas de inovação em relação às práticas jurídicas, bem como adequações necessárias aos procedimentos de rotina. Também foi realizada reunião com os técnicos do Escritório Modelo, permitindo que pudessem compartilhar suas rotinas de trabalho, destacando a necessidade de uniformizar as atividades relativas ao controle dos prazos e responsabilidades em relação à condução dos processos nos períodos de férias escolares e durante as duas últimas semanas letivas, dedicadas à avaliação dos acadêmicos.

No primeiro e segundo semestres foi ofertado aos estudantes matriculados nas disciplinas de Estágio Supervisionado I e II (no 1º semestre na quinta-feira e no 2º semestre nas quartas e quintas-feiras), estágio com ênfase em práticas de mediação, oportunizando que mais de 30 estudantes pudessem participar como observadores em mediações pré-processuais. A realização de mediação pré-processual no Escritório Modelo resultou em uma redução na judicialização de demandas envolvendo conflitos familiares, uma vez que aos assistidos foi possibilitado optar pelo tratamento do conflito por meio da mediação pré-processual, assim, apenas os assistidos que não concordaram em participar das sessões de mediação foram encaminhados para o atendimento jurídico. A participação dos estagiários nas sessões de mediação possibilitou o contato com novas práticas jurídicas. Essa iniciativa aproximou a extensão universitária do ensino de graduação, permitindo ao acadêmico/estagiário participar das sessões, como observador, supervisionando o trabalho dos mediadores e tendo contato direto com modalidades não adversárias de administração de conflitos, as quais constituem uma das principais inovações trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015.

No ano de 2017, a partir de Convênio firmado entre o Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais e o Departamento de Ciências Exatas e Engenharias, foram confeccionados, pelos professores e estudantes do Curso de Engenharia Civil, mapas e memoriais descritivos aos assistidos do Escritório Modelo que pretendem ingressar com demandas vinculadas a demarcações de terra e ações de defesa da posse e usucapiões. O convênio possibilitou o diálogo aproximado entre diferentes áreas do conhecimento contribuindo para a formação prática e profissional dos acadêmicos.

Nesse ano os estudantes matriculados nas disciplinas de Estágio Supervisionado I e II também realizaram atendimentos em Bairros do Município de Santa Rosa com o objetivo de prestar auxílio jurídico. As ações foram realizadas nas seguintes datas e bairros: No dia 23 de agosto foi realizado atendimento no Bairro Cruzeiro do Sul; no dia 13 de setembro na Vila Sete de Setembro; no dia 19 de outubro na Vila Agrícola; e no dia 30 de novembro no Bairro Sulina.

Cabe salientar que no ano de 2017 o Escritório Modelo recebeu 06 novos computadores destinados aos gabinetes de atendimento.

OBJETIVOS: Preparar os acadêmicos do Direito para o exercício da atividade jurídica, por meio de experiências reais junto a processos nas diversas áreas do direito, na qual os estudantes aliados a teoria, colocam em prática seus conhecimentos técnicos; Promover a orientação jurídica à comunidade atendendo a população carente; Contribuir para a formação de profissionais independentes com capacidade crítica e integrados na comunidade como agentes de transformação social.

RESULTADOS:

Número total de atendimentos:

ATENDIMENTOS E PASTAS

Atendimento de usuários novos em 2017: 218

Atendimento de usuários que retornaram em 2017: 506

Total de processos em andamento: 267

Pastas (processos) abertas (iniciados) em 2017: 56

Processos/fichas de atendimento/pastas arquivadas no ano de 2017: 217

AUDIÊNCIAS E OUTRAS DILIGÊNCIAS

Audiências de instrução e julgamento: 08

Audiências de Instrução – criminais: 05

Audiências de conciliação: 10

Sessões de mediação judicial: 18

Audiências trabalhistas: 09

Acompanhamento a perícias: 01

Visitas a clientes no presídio: 06

Total de audiências/sessões de mediação: 50

Total de Outras diligências: 07

MEDIAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL

Triagens: 46

Sessões de mediação: 22

CASA DE PROJETOS

Documentação para Usucapião: 12

Documentação para Desmembramento: 01

Total de Atendimentos: 13

PÚBLICO-ALVO: Crianças e adolescentes, Migrantes ou imigrantes, Idosos, Mulheres em situação de risco, Comunidades locais, Família, pequenos produtores, Portadores de deficiência, Negros e/ou quilombolas, Moradores de área de ocupação, Indígenas, Indivíduos em situação de rua.

LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA – ESCRITÓRIO MODELO – TRÊS PASSOS

RESPONSÁVEL: Marcia Cristina de Oliveira

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS: Atendimento gratuito à comunidade financeiramente hipossuficiente.

OBJETIVOS: Ampliar o acesso à justiça às pessoas vulneráveis da comunidade externa regional.

RESULTADOS: Satisfazer o pleito de forma mais benéfica ao assistido dentro das possibilidades jurídicas.

PÚBLICO-ALVO: Crianças e adolescentes, Migrantes ou imigrantes, Idosos, Mulheres em situação de risco, Comunidades locais, Família, pequenos produtores, Portadores de deficiência, Negros e/ou quilombolas, Moradores de área de ocupação, Indígenas, Indivíduos em situação de rua.

Número total de atendimentos: aproximadamente 1.157

Clientes novos: 484

Clientes Retorno: aproximadamente 673

Estatísticas do Escritório Modelo de Três Passos até dezembro de 2017

Turnos de atendimento: 5

Clientes novos: 484

Clientes retorno: 673

Pastas abertas: 74
Pastas arquivadas: 80
Fichas de clientes novos arquivadas: 187
Processos em andamento: 276
Iniciais feitas: 83
Petições feitas: 347
Recursos feitos: 92
Audiências de conciliação:55
Audiências de instrução: 9

8. PUBLICAÇÕES

Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito - Mestrado

Artigos completos publicados em periódicos

Área de avaliação (Qualis Capes): Direito

A1 - SANTOS, André Leonardo Copetti; BERTASO, João Martins. Reflexões sobre o déficit de cidadania na construção normativa do sistema penal brasileiro. Reflections on the deficit in the normative construction of the Brazilian criminal system. **Justiça do Direito**, Passo Fundo/RS, v. 31, p. 246-278, 2017.

A1 - FORNASIER, Mateus de Oliveira.; FERREIRA, Vaz Ferreira; FERREIRA, C. F. Neoconstitucionalismo e Direito Privado: uma abordagem sistêmico-autopoiética da evolução da autonomia da vontade contratual. **Revista Jurídica - Unicuritiba**, Curitiba, v. 3, p. 199-224, 2017.

A1 - FORNASIER, Mateus de Oliveira.; LEITE, Flavia Piva Almeida. Direitos fundamentais à acessibilidade e à mobilidade urbanas da pessoa com deficiência: uma abordagem sistêmico-autopoiética. **Revista de Direito da Cidade**, [S.I.], v. 8, p. 908-933, 2017.

A1 - FORNASIER, Mateus de Oliveira.; TONDO, A. L. Experimentação animal na indústria de cosméticos e teoria do direito: uma análise sistêmica dos direitos humanos dos animais? **Revista Brasileira de Direito Animal**, [S.I.], v. 12, p. 43-82, 2017.

A1 - SCHONARDIE, E. F. A concretização dos direitos humanos e a questão dos aglomerados subnormais nas cidades brasileiras. **Direito da Cidade**, [S.I.], v. 9, p. 1363-1382, 2017.

A1 - STURZA, Janaína Machado; MARQUES, A. D. A importância do trabalho para a consolidação da dignidade do homem: apontamentos sob a perspectiva dos direitos sociais. **Direito, Estado e Sociedade**, [S.I.], v. 50, p. 109-125, 2017.

A1 - WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. Política criminal atuarial: contornos biopolíticos da exclusão penal. **Revista Direito e Práxis**, [S.I.], v. 8, p. 2043-2073, 2017.

A1 - WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; AGUIAR, J. T. A criminalização dos imigrantes em situação irregular na Itália: biopolítica e direito penal do autor. **Revista de Direito Internacional**, [S.I.], v. 14, p. 369-387, 2017.

A1 - WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; NIELSSON, Joice Graciele. De Hannah Arendt a Judith Butler: em busca da humanidade perdida nas fronteiras do estado-nação. **Pensar - Revista de Ciências Jurídicas**, [S.I.], v.22, p.301-334, 2017.

A1 - WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; NIELSSON, Joice Graciele. Pela minha família, por deus e pelo fim da corrupção?: notas sobre o patrimonialismo na política brasileira contemporânea e a falência do Estado Democrático de Direito. **Revista direitos fundamentais & democracia**, [S.I.], v. 22, p. 46-79, 2017.

A1 - WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; SENGER, I. As migrações no mundo contemporâneo e o paradoxal papel dos direitos humanos: proteção ou abanono?. **Nomos**, Fortaleza, v. 37, p. 117-145, 2017.

A2 - BEDIN, Gilmar Antônio; WILLERS, Miriane Maria; VERONESE, Osmar. Estado Federal Brasileiro, Governança Local e Efetivação dos Direitos. **Revista do Instituto de hermenêutica Jurídica**, [S.l.], v. 21, p. 171-186, 2017.

A2 - COPETTI NETO, A. O Estado Constitucional e os Movimentos Law and Economics da University of Chicago: do Marginalismo ao Pragmatismo. **Economic Analysis of Law Review**, [S.l.], v. 8, p. 194-222, 2017.

A2 - COPETTI SANTOS, André Leonardo; WERMUTH, M. A. D. Direitos humanos, política criminal atuarial e a predição seletiva de grupos de risco?: rumo à Elysium prometida?. **Revista Culturas Jurídicas**, [S.l.], v. 4, p. 360-388, 2017.

A2 - NIELSSON, Joice Graciele. A disputa entre cosmopolitas e nacionalistas em tempos de justiça anormal: uma defesa do cosmopolitismo a partir de Martha Nussbaum. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, v. 62, p. 133-155, 2017.

A2 - WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; GHISLENI, P. C. O sistema interamericano de direitos humanos e a proteção dos direitos sexuais e reprodutivos. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, Curitiba, v. 62, p. 53-72, 2017.

B1 - COPETTI NETO, A.; NERLING, José Ricardo Maciel. O intervencionismo estatal por meio das agências reguladoras: da regulamentação à regulação. **Revista Eletrônica da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, [S.l.], v. 9, n. 16, p. 185-206, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://abdconst.com.br/revista17/IntervencionismoAlfredoJose.pdf>>.

B1 - SANTOS, André Leonardo Copetti. A penologia pós-moderna e o desaparecimento do caráter ético-político de legitimação do poder penal estatal. **Revista Direito em Debate**, [S.l.], v. 26, p. 20-61, 2017.

B1 - SANTOS, André Leonardo Copetti; LUCAS, D. C. Crítica do Protagonismo do Poder Judiciário. O ativismo judicial entre reconhecimento e redistribuição. **Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, [S.l.], v.17, p.197-230, 2017.

B1 - SANTOS, André Leonardo Copetti; LUCAS, D. C. Sobre as (im)possíveis relações entre novas penologias e democracia: um estudo do brasil penal contemporâneo. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas - Unifafibe**, [S.l.], v. 5, p. 01-33, 2017.

B1 - FORNASIER, Mateus de Oliveira.; FERREIRA, Vaz Ferreira. Regulação do risco nanotecnológico e normas do sistema iso: da possibilidade de uso criativo do direito global transnacional. **Paradigma**, Ribeirão Preto, v. 26, p. 75-102, 2017.

B1 - FORNASIER, Mateus de Oliveira.; FLORES, Luís Gustavo. Direitos humanos e teoria dos sistemas autopoieticos: da desconstrução do sujeito moderno a uma epistemologia baseada no social. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, [S.l.], v.4, p.39-67, 2017.

B1 - FORNASIER, Mateus de Oliveira.; SILVA, T. S. Direito transnacional e lex sportiva: o caso Bosman e o diálogo reflexivo entre ordens jurídicas estatais e não estatais. *Transnational law and lex sportiva: the bosman case and the reflexive dialogue between state and non state legal orders*. **Caderno de Relações Internacionais**, [S.l.], v.8, p.55-91, 2017.

B1 - FORNASIER, Mateus de Oliveira.; SILVA, T. S. Arbitragem e Lex Sportiva: o caso do Tribunal Arbitral do Esporte (Tas). **Revista eletrônica de direito processual**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 437-459, 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/28759/21007>>.

B1 - FORNASIER, Mateus de Oliveira.; TONDO, A. L. A cidadania na américa latina e a filosofia da libertação: observações sobre o pensamento de Enrique Dussel. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas - Unifafibe**, [S.l.], v. 5, p. 391-420, 2017.

B1 - LUCAS, Doglas Cesar; GHISLENI, P. C. Direitos humanos e identidade cultural: a mutilação genital feminina e suas implicações para os direitos das mulheres. **Caderno de Relações Internacionais**, [S.l.], v. 8, p. 93-121, 2017.

B1 - LUCAS, Douglas Cesar; GHISLENI, P. C. O amor e o direito pertencem a idiomas? distintos: uma crítica à juridicização do afeto. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, [S.l.], v. 4, p. 133-157, 2017.

B1 - LUCAS, Douglas Cesar; GHISLENI, Pâmela Copetti. Direitos humanos e identidade cultural: a mutilação genital feminina e suas implicações para os direitos das mulheres. **Revista de Direito e Liberdade**, [S.l.], v. 19, p. 97-, 2017.

B1 - LUCAS, Douglas Cesar; OLIVEIRA, C. D. O passado anulado: os reflexos da inadequada justiça transicional para a democracia brasileira. **Revista Videre**, Dourados/MS, v. 9, n. 17, p. 156-173, 2017. Disponível em: < <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/6226>>.

B1 - STURZA, Janaína Machado; BECK, C. V. S. A saúde pública enquanto dever do estado: o repasse deste dever à saúde suplementar. **Revista de Direito Sanitário**, [S.l.], v. 18, p. 201-216, 2017.

B1 - WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. Audiências de custódia e proteção/efetivação de direitos humanos no Brasil. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas - Unifafibe**, [S.l.], v. 5, p. 330-360, 2017.

B1 - WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; ASSIS, L. R. A pena privativa de liberdade e seu delineamento legal nacional e internacional: descompasso com a realidade operativa do sistema carcerário brasileiro. **Revista Thesis Juris**, [S.l.], v. 6, p. 280-311, 2017.

B1 - WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; FONTOURA, L. Narciso acha feio o que não é espelho?: a seletividade social e punitiva e a violação de direitos humanos sob a perspectiva heteronormativa. **Revista Jurídica**, Blumenau/SC, v. 21, n. 44, p. 45-84, 2017. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/6100>>.

B1 - WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; HECK, M. L. L. As decisões da comissão interamericana de direitos do homem e suas contribuições para a humanização do sistema carcerário brasileiro. **Jurispoiesis**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 40-68, 2017.

B1 - WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; NIELSSON, Joice Graciele. Crônica de uma morte anunciada?: a instauração do paradigma do campo e o colapso do sistema penitenciário brasileiro. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, [S.l.], v. 4, p. 74-97, 2017.

B2 - CENCI, Daniel Rubens; BURMANN, T. Urbanização e cidadania: conflitos e contradições da cidade contemporânea. **Revista Direito UFMS**, [S.l.], v. 1, p. 35-60, 2017.

B2 - GAVIRAGHI, F. J.; FRANTZ, W. Reflexões em torno de experiências de incubação de empreendimentos de economia solidária em espaços universitários. **Revista de Educação Popular**, [S.l.], v. 16, p. 10-26, 2017.

B3 - FORNASIER, Mateus de Oliveira.; SCARANTTI, D. R. Internet no campo: direitos humanos e políticas públicas de inclusão digital. **Revista Extraprensa**, [S.l.], v. 10, p. 133-152, 2017.

B4 - FRANTZ, W.; SCHONARDIE, P. A.; SCHNEIDER, José Odelso. As práticas do movimento cooperativo como lugares de educação. **Didáticas Específicas**, [S.l.], v. 16, p. 14-26, 2017.

B4 - STURZA, Janaína Machado; MARTINI, S. R. A dignidade humana enquanto princípio de proteção e garantia dos direitos fundamentais sociais: o direito à saúde. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, [S.l.], v. 6, p. 25-41, 2017.

COPETTI NETO, A. et al. Responsabilidade civil e surveillance: as commodities digitais e o risco da atividade. **Revista Judiciária do Paraná**, [S.l.], v. 1, p. 17-36, 2017.

COPETTI NETO, A.; VIEIRA, Gustavo Oliveira. Direito e democracia sob a ótica constitucional: o fim ou o começo da história?. **Revista de Direito da Faculdade de Guanambi**, [S.l.], v. 4, p. 147-147, 2017.

SANTOS, André Leonardo Copetti; LUCAS, D. C. O Direito à Diferença e a Proteção jurídica das Minorais na América Latina. **Revista de Direito Portucalense**, [S.l.], v. 21, p. 215-255, 2017.

LUCAS, Douglas Cesar; SANTOS, Andre Copetti dos. O Direito à Diferença e a Proteção jurídica das Minorias na América Latina. **Revista Jurídica Portucalense**, [S.l.], v. 21, p. 215-255, 2017.

SPACIL RADDATZ, Vera Lucia; NASI, Lara. Jornalismo como campo mediador dos direitos humanos. **Comunicação & Sociedade**, [S.l.], v. 39, p. 79-102, 2017.

STURZA, Janaína Machado; BRAND, D. Do direito à não monopolização da informação e da homogeneidade de pensamentos: a comunicação democrática e o direito à difusão da informação. **Revista de Direito Dom Alberto**, [S.l.], v. 2, p. 30-45, 2017.

Livros

BARBOSA, A. et al. (Orgs.). **Crime, Segurança Pública e Sociedade**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017. v. 1. 308 p.

BEDIN, Gilmar Antônio; SILVEIRA, Vladmir Oliveira; GROTH, T. R. (Orgs.). **Direito Internacional dos Direitos Humanos II**. Florianópolis: Conpedi, 2017. 300 p.

CANABARRO, I. S.; SHORNARDIE, E. F.; RICOTTA, G. **Múltiplos olhares sobre as cidades: controle social, memória e direitos humanos**. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2017. v. 1. 91 p.

CANABARRO, I. S.; STRUCKER, B. **Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade no Brasil: a construção de uma memória social**. Mauritius, Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2017. 113 p.

COPETTI NETO, A.; LEITE, Glauco Salomão; LEITE, George Salomão (Coords.). **Dilemas na Constituição**. Belo Horizonte: Forum, 2017. v. 1. 446 p.

FRANTZ, W.; GERHARDT, M. C.; AMARAL, A. G. **Ações e experiências educativas no campo da educação popular**. Ijuí: Editora UNIJUI, 2017. v. 500, 176 p.

LUCAS, Douglas Cesar et al. (Orgs.). **Jurisdição, democracia e direitos humanos em novas perspectivas**. Bento Gonçalves/RS: Associação Refletindo o Direito, 2017. 645 p.

NIELSSON, J. G.; PINTO, R.C.F. (Orgs.). **Direito e Gênero: reflexões críticas**. Bento Gonçalves: Associação Refletindo o Direito, 2017. v. 01. 442 p.

NIELSSON, Joice Graciele et al. **Sociedade, Gênero e Meio Ambiente: discussões jurídicas sobre os direitos humanos**. Bento Gonçalves: Refletindo o Direito, 2017. v. 1. 269 p.

SILVA, Enio. Waldir. **Sociologia Jurídica**. 2. ed. Ijuí: Editora Unijui, 2017. v. 400, 312 p.

STURZA, Janaína Machado; GREGORI, I. C. S. (Orgs.). **Interfaces da sociedade cosmopolita: os novos direitos em debate**. Porto Alegre/RS: Evangraf, 2017. v. 1, 200 p.

STURZA, Janaína Machado; LEVES, A. M. P.; BARRIQUELLO, C. A. (Orgs.). **Direitos humanos e conexões com o futuro: um debate sobre direito, cidadania e políticas públicas**. Porto Alegre/RS: Evangraf, Criação Humana, 2017. v. 1. 264 p.

STURZA, Janaína Machado; SIPPERT, E. L. (Orgs.). **Estado, políticas públicas e direito à saúde: diálogos ao encontro dos direitos humanos: volume II**. 2. ed. Porto Alegre/RS: Evangraf, Criação Humana, 2017. v. 1. 200 p.

ZEIFERT, A. P. B.; NIELSSON, Joice Graciele; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi (Orgs.). **Ciências Criminais & Direitos Humanos - Volume II**. Bento Gonçalves/RS: Refletindo o Direito, 2017. 827 p.

Capítulos de livros publicados

CANABARRO, I. S.; MEIER, A. F.; CHUQUEL, L. F. Direito à verdade e cidadania: repercussões no relatório da comissão nacional da verdade. In: STURZA, Janaína Machado; LEVES, Aline Michele Pedron; BARRIQUELLO, Carolina Andrade (Orgs.). **Direitos humanos e conexões com o futuro: um debate sobre direito, cidadania e políticas públicas**. Porto Alegre: Evangraf, 2017, v. 1, p. 69-96.

CENCI, Daniel Rubens. Governança Ambiental Internacional: o papel do Brasil na construção da sustentabilidade. In: SAAVEDRA, Jaime Fernando Estenssoro (Org.). **El Medio Ambiente y los Recursos Naturales como variables Estratégicas y Geopolíticas de América Latina en el Siglo XXI**. Santiago: Editora USACH, 2017, v. 1, p. 92-115.

CENCI, Daniel Rubens; CAVALHEIRO, A. S. As cidades e o Desenvolvimento Urbano Sustentável. In: STAHLHOFER, Iásin Schaffer; JAHNKE, Leticia Thomasi; GUINOT, Karen de Oliveira (Orgs.). **Direitos Humanos a Cidade**. São Paulo: Perse, 2017, v. 1, p. 71-98.

CENCI, Daniel Rubens; CAVALHEIRO, A. S. Direito Ao Meio Ambiente Ecologicamente equilibrado: saúde, Sustentabilidade e Buen Vivir. In: STURZA, Janaína Machado; LEVES, Aline Michele Pedron; BARRIQUELLO, Carolina Andrade (Orgs.). **Direito Ao Meio Ambiente Ecologicamente equilibrado: saúde, Sustentabilidade e Buen Vivir**. Porto Alegre: Evangraf, Criação humana, 2017, v. 1, p. 70-96.

CENCI, Daniel Rubens; NASCIMENTO, L. A. Educação Ambiental para a Sustentabilidade: a construção cultural de uma nova epistemologia. In: BRANDT, Grazielle Betina et al. (Orgs.). **Educação Ambiental para a Sustentabilidade: a construção cultural de uma nova epistemologia**. Pelotas: Santa Cruz, 2017, v. 1, p. 99-127.

CENCI, Daniel Rubens; NASCIMENTO, Lizandra; HAMMARSTRON, Fátima Fagundes B. Desenvolvimento Sustentável para o Bem Viver. In: NEUBAUER, Vanessa Steigleder; SILVA, Enedina Maria Teixeira da (Orgs.). **Inovação, Tecnologia e Sustentabilidade**. Curitiba: Editora CRV, 2017, v. 1, p. 99-114.

CENCI, Daniel Rubens; OLIVEIRA, S. P. Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente: a promoção da educação ambiental para uma vida com qualidade. In: TRINDADE, Antônio Augusto Cançado; LEAL, César Barros (Orgs.). **Direitos Humanos e Meio Ambiente**. Fortaleza: Expressão, 2017, v. 1, p. 285-329.

CENCI, Daniel Rubens; PINTO, R. C. F. A Sociedade patriarcal: contribuições para a compreensão da violência contra a mulher e as possibilidades emancipatórias das políticas de gênero. In: STAHLHOFER, Iásin Schaffer; JAHNKE, Leticia Tomasi; CERVI, Mauro Luiz (Orgs.). **Pensando o Direito**. São Paulo: Perse, 2017, v. 1, p. 23-41.

CHUQUÊL, L. F.; MEIER, A. F.; CANABARRO, I. S. A verdade por trás dos bastidores: a ditadura militar não matou vagabundos, bandidos, inimigos internos e terroristas. In: ZEIFERT, Anna Paula Bagetti; NIELSSON, Joice Graciele; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi (Orgs.). **Ciências criminais & direitos humanos volume II**. Bento Gonçalves/RS: Refletindo o Direito, 2017, p. 396-411.

COPETTI NETO, A. A filosofia política utilitarista de Jeremy Bentham e o movimento law and economics difundido na University of Chicago: algumas considerações elementares. In: ROSA, Alexandre Morais da; GUASQUE, Bárbara (Orgs.). **A filosofia política utilitarista de Jeremy Bentham e o movimento law and economics difundido na University of Chicago: algumas considerações elementares**. Florianópolis: Empório do Direito, 2017, v. 1, p. 6-20.

COPETTI NETO, A.; Garcia, M. S. A constituição brasileira de 1988 e seus postulados liberais-sociais: o fundamento da proteção do sistema de garantias. In: COPETTI NETO, Alfredo; LEITE, Glauco Salomão; LEITE, George Salomão (Orgs.). **Dilemas na Constituição**. Belo Horizonte: Forum, 2017, v. 1, p. 17-33.

COPETTI NETO, A.; OLIVEIRA, Carla Dóro. Justiça, Democracia, Contrato e Propriedade: uma análise da (re)formulação da economia (política) contemporânea provocada pelo movimento law and economics. In: (Org.). **Teoria da justiça: novas perplexidades e velhos temas**. Curitiba: Juruá, 2017, v. 1, p. 103-120.

COPETTI NETO, A.; LEITE, Glauco Salomão. Democracia, hermenêutica ou barbárie? Ensaio em homenagem a Lenio Streck. In: (Org.). **Jurisdição e Hermenêutica Constitucional em homenagem a Lenio Streck**. São Paulo: GZ, 2017, v. 1, p. 115-130.

COPETTI NETO, A.; LEITE, Glauco Salomão. Liberdade de Ensino: uma questão de medida. In: (Org.). **Jurisdição e Hermenêutica Constitucional e Liberdades Públicas**. Belo Horizonte: Fórum, 2017, v. 1. p. 255-263.

COPETTI SANTOS, André Leonardo.; LUCAS, D. C.. A importância da teorização sobre a diferença para o campo jurídico. uma trilha nos pensamentos de Nietzsche, Derrida, Foucault e Lyotard. In: KERBER, Gilberto et al. (Org.). **O Direito Contemporâneo em Perspectiva: um diálogo transdisciplinar**. Passo Fundo/ RS: Editora Deviant, 2017, v. 2. p. 65-80.

COPETTI SANTOS, André Leonardo.; LUCAS, D. C. Itinerários teóricos da diferença e sua projeção nas narrativas jurídico-políticas. In: KERBER, Gilberto; OLIVEIRA, Frederico Antonio Lima de; BARCELAR, Jeferson Antonio Fernandes (Org.). **Direito à diferença e constitucionalismo Latino-Americano**. Curitiba: Juruá, 2017, v. 1. p. 9-34.

CORIN, A.; SCHERRER, F. S.; FORMENTINI, F. A mediação de conflitos e a educação em direitos humanos como proposta de prevenção da violência escolar e de incentivo à cultura de paz e diálogo.

In: LUCAS, Douglas Cesar; SERRER, Eloisa Argerich; FORMENTINI, Fernanda, Francieli (Org.). **Jurisdição, Democracia e Direitos Humanos em Novas Perspectivas**. Bento Gonçalves/RS: Associação Refletindo o Direito, 2017, v. . p. 10-19.

DEPPNER, A. F.; SCHERRER, F. S.; FORMENTINI, F. O papel do advogado frente aos novos métodos de resolução de conflitos. In: LUCAS, Douglas Cesar; SERRER, Eloisa Argerich; FORMENTINI, Fernanda, Francieli (Org.). **Jurisdição, Democracia e Direitos Humanos em Novas Perspectivas**. Bento Gonçalves/RS: Associação Refletindo o Direito, 2017, p. 617-630.

DIEL, A. F. S.; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. Desvelando o arauto: mídia, crime e direitos humanos em tempos difíceis. In: SOUZA, Bernardo de Azevedo e; SILVEIRA, Felipe Lazzari da (Org.). **Democracia e(m) Sistema Penal**. Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2017, v. 1. p. 38-47.

FRACARO, P. C. F.; FORMENTINI, F. Prisão civil por dívida alimentar e a pesquisa empírica no âmbito do escritório modelo do curso de direito da UNIJUÍ e do Instituto Penal De Ijuí-RS. In: LUCAS, Douglas Cesar; SERRER, Eloisa Argerich; Fernanda; FORMENTINI, Francieli (Org.). **Jurisdição, Democracia e Direitos Humanos em Novas Perspectivas**. Bento Gonçalves/RS: Associação Refletindo o Direito, 2017, v. p. 288-303.

FRANTZ, W.; GERHARDT, M. C.; AMARAL, A. G.. Educação em práticas do movimento cooperativo. In: FRANTZ, Walter; GERHARDT, Milton César; AMARAL, Antônio Gonçalves do (Org.). **Ações e Experiências Educativas no Campo da Educação Popular**. Ijuí: Editora UNIJUI, 2017, v. 500. p. 13-32.

HAUSER, E. E.; BURCKARDT, Bethina Rafaela. Sistema penal e encarceramento feminino: questões de gênero no âmbito penitenciário brasileiro. In: NIELSSON, Joice Graciela; PINTO, Raquel Feistel (Org.). **Direito e Gênero: Reflexões Críticas**. Bento Gonçalves: Associação Refletindo o Direito, 2017, v. 1. p. 93-106.

HAUSER, E. E.; NIELSSON, J. G. Educação em questões de gênero e violência: um olhar a partir das vivências do projeto de extensão cidadania para todos. In: NIELSSON, Joice Graciela; PINTO, Raquel Feistel (Org.). **Direito e Gênero: Reflexões Críticas**. Bento Gonçalves: Associação Refletindo o Direito, 2017, v. 1. p. 410-420.

HAUSER, E. E.; NIELSSON, J. G. Violência contra a mulher, direito penal simbólico e a lei do feminicídio. In: NIELSSON, Joice Graciela; PINTO, Raquel Feistel (Org.). **Direito e Gênero: Reflexões Críticas**. Bento Gonçalves: Associação Refletindo o Direito, 2017, v. 1. p. 421-436.

MALGARIM, Emmanuelle de Araujo; ROSA, Luana Binkowski. Falsas memórias: um olhar sobre o depoimento infantil no processo penal. In: ZEIFERT, Anna Paula Bagetti; NIELSSON, Joice Graciele; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi (Org.). **Ciências criminais e direitos humanos**. Bento Gonçalves: Associação Refletindo o Direito, 2017, v. 2. p. 622-634.

MALLMANN, R. W.; RADDATZ, Vera Lucia Spacil. Carandiru: a legítima defesa que tirou a vida de 111 detentos. In: ZEIFERT, Anna Paula Bagetti; NIELSSON, Joice Graciele; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi (Org.). **Ciências criminais e direitos humanos**. Bento Gonçalves: Associação Refletindo o Direito, 2017, v. 2. p. 441-451.

SANSEVERINO, Antônio. Notas sobre crítica literária: as sete faces da poesia. In: ENCONTRO DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA, 5., 2001, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2001. p. 65-70.

MARQUES, Dieison Felipe Zanfra; BERWIG, Aldemir. Segurança pública e concretização dos direitos humanos. In: LUCAS, Douglas Cesar et al (Org.). **Jurisdição, democracia e direitos humanos em novas perspectivas**. Bento Gonçalves: Associação Refletindo o Direito, 2017, p. 90-102.

NIELSSON, J. G.; PINTO, R. C. F. Direito e feminismo: superação do formalismo dogmático jurídico da modernidade. In: WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi, NIELSSON, Joice Graciele; ZEIFERT, Anna Paula Bagetti (Org.). **Ciências Criminais e Direitos Humanos**. Bento Gonçalves: Associação Refletindo o Direito, 2017, v. 2. p. 578-593.

NIELSSON, Joice Graciele. Por uma gramática da justiça para tempos anormais: uma defesa do cosmopolitismo a partir do Liberalismo Iqualitário de Martha Nussbaum. In: STURZA, Janaína Machado; GREGORI, Isabel Christine de (Org.). **As interfaces da sociedade cosmopolita: os novos direitos em debate**. Porto Alegre: Evangraf, 2017, v. 01. p. 29-52.

NIELSSON, Joice Graciele; BRONZATTO, B. S. Reflexões acerca da manifestação da cultura do estupro na atualidade. In: WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi (Org.). **Ciências Criminais e Direitos Humanos**. Bento Gonçalves: Associação Refletindo o Direito, 2017, v. 2. p. 286-296.

NIELSSON, Joice Graciele; FAGUNDES, L. B. O impacto do processo de precarização das relações de trabalho sobre a vida das trabalhadoras brasileiras do Século XXI. In: NIELSSON, Joice Graciele; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; ZEIFERT, Anna Paula Bageti (Org.). **Ciências Criminais e Direitos Humanos**. Bento Gonçalves: Refletindo o Direito, 2017, v. 2. p. 383-395.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. O direito à informação na interface com a democracia e a cidadania. In: STURZA, Janaína Machado; GREGORI, Isabel Christine de. (Org.). **Diálogos e Reflexões na Perspectiva do Cosmopolitismo Jurídico Contemporâneo**. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 97-116.

SERRER, F.; SERRER, Fernanda; BASILIO, D. S. Concepções históricas do direito do consumidor: os principais princípios e o dirigismo contratual. In: LUCAS, Douglas César et al. (Org.). **Jurisdição, Democracia e Direitos Humanos em Novas Perspectivas**. Bento Gonçalves: Associação Refletindo Direito, 2017, v. 1. p. 480-495.

SERRER, F.; SERRER, Fernanda; DEWES, M. A. Justiça retributiva e justiça restaurativa: aproximando o abstrato do concreto para humanizar o *jus puniendi*. In: LUCAS, Douglas César et al. (Org.). **Jurisdição, Democracia e Direitos Humanos em Novas Perspectivas**. Bento Gonçalves: Associação Refletindo Direito, 2017, v. 1. p.256-270.

STURZA, Janaína Machado; BARRIQUELLO, C. A.; FOGUESATTO, A. M. Presente e futuro: políticas públicas de saúde hoje para a garantia da cidadania amanhã. In: STURZA, Janaína Machado; LEVES, Aline Michele Pedron; BARRIQUELLO, Carolina Andrade (Org.). **Direitos Humanos e Conexões com o Futuro: um debate sobre direito, cidadania e políticas públicas**. Porto Alegre/RS: Evangraf: Criação Humana, 2017, v. 1. p. 19-40.

STURZA, Janaína Machado; BARRIQUELLO, C. A.; KRAWCZAK, K. W. **Uma moeda de troca nas penitenciárias: o direito à saúde dos transexuais no sistema carcerário brasileiro**. In: ZEIFERT, Anna Paula Bagetti; NIELSSON, Joice Graciele; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi (Org.). **Ciências Criminais & Direitos Humanos: volume II**. Bento Gonçalves/RS: Editora Refletindo o Direito, 2017, v. 2. p. 314-330.

STURZA, Janaína Machado; CORREA, L. F. P.; STRADA, G. A descriminalização do aborto no Brasil: direito à vida do nascituro e direitos fundamentais da gestante. In: ZEIFERT, Anna Paula Bagetti; NIELSSON, Joice Graciele; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi (Org.). **Ciências Criminais & Direitos Humanos: volume II**. Bento Gonçalves/RS: Editora Refletindo o Direito, 2017, v.2. p. 815-829.

STURZA, Janaína Machado; HEPP, B. M. B. Igualdade e liberdade: a importância do sufrágio universal a partir de um diálogo entre direitos humanos e políticos. In: GORCZEVSKI, Clovis (Org.). **Direitos Humanos e Participação Política**. Porto Alegre/RS: Imprensa Livre, 2017, v. 8. p. 207-232.

STURZA, Janaína Machado; LEVES, A. M. P.; BARRIQUELLO, C. A. Do constitucionalismo à emergência da sociedade de risco globalizada: a necessária proteção do direito à saúde. In: GORCZEVSKI, Clovis; LEAL, Mônia Clarissa Hennig (Org.). **Constitucionalismo Contemporâneo: e suas Formas Contemporâneas**. Curitiba: Multideia, 2017, v. 1. p. 121-140.

STURZA, Janaína Machado; LUCION, Maria Cristina Schneider. Aproximações e distanciamentos entre o público e o privado: o direito constitucional à saúde sob a ótica privada de assistência. In: MARTINI, Sandra Regina; JUNIOR JAEGER, Augusto; REVERBEL, Carlos Eduardo (Org.). **O Movimento do Saber: uma homenagem para Claudia Lima Marques**. Porto Alegre/RS: Evangraf, 2017. p. 285-292.

STURZA, Janaína Machado; MARTINI, S. R. Bem da comunidade e ponte para a cidadania: a saúde em tempos cosmopolitas. In: STURZA, Janaína Machado; DE GREGORI, Isabel Christine Silva (Org.). **Interfaces da sociedade cosmopolita: os novos direitos em debate**. Porto Alegre/RS: Evangraf, 2017, v. I. p. 175-199.

STURZA, Janaína Machado; SIPPERT, E. L. A constitucionalização do acesso à saúde: a saúde no Brasil como direito fundamental e a (in)efetividade do Estado frente às demandas sociais. In: STURZA, Janaína Machado; SIPPERT, Evandro Luis (Org.). **Estado, Políticas Públicas e Direito à**

Saúde: diálogos ao encontro dos direitos humanos: volume II. Porto Alegre/RS: Evangraf: Criação Humana, 2017, v. I. p. 21-50.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; GODOY, G. A. S. Os fluxos migratórios e os "mulas" na perspectiva dos direitos humanos. In: VEIGA, Fabio da Silva; GONÇALVES, Rubén Miranda; PORTELA, Irene M. (Org.). **O Direito Atual e as Novas Fronteiras Jurídicas**. Barcelos: IPCA, 2017, v. 1. p. 411-430.

ZEIFERT, Anna Paula Bagetti. A fundamentação Kantiana da lei moral e sua relevância para a discussão do Estatuto dos Direitos Humanos em Rawls. In: ORBEN, Douglas João et al. (Org.). **A Invenção da Modernidade: As relações entre ética, política, direito e moral**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017. p. 371-386.

ZEIFERT, Anna Paula Bagetti; NIELSSON, Joice. G.; WERMUTH, M. A. D. O que há de sagrado na nudez abstrata de um ser humano? os movimentos migratórios contemporâneos, as insuficiências das Declarações de Direitos Humanos e a necessidade da justificação do respeito aos Direitos Humanos no plano moral. In: ZEIFERT, Anna Paula Bagetti; NIELSSON, Joice Graciele; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi (Org.). **Ciências Criminais & Direitos Humanos: volume II**. 2. ed. Bento Gonçalves: Refletindo o Direito, 2017, v. 2. p. 780-797.